Lei nº 209 de 29 de agosto de 1994.

Institui o Código de Postura do Município de Eusébio e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE EUSÉBIO - CEARÁ,

Faço saber que a Câmara Municipal de Eusébio aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica instituído o código de Posturas do Município de Eusébio.

Parágrafo Único - Este código tem como finalidade instituir as medidas de polícia administrativa a cargo do município em matéria de poluição sonora e meio ambiente, de higiene pública, do bem estar público, da localização de funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, de matadouro feiras e açougues, dos critérios, fornecidos de aforamento, bem como as correspondentes relações jurídicas entre o poder público municipal e aos munícipes.

Art. 2º - Ao Prefeito de Eusébio e, em geral, aos funcionários municipais, de acordo com as suas atribuições, incube zelar pela observância das posturas municipais, utilizando os instrumentos efetivos de polícia administrativa, especialmente a vistoria anual por ocasião de licenciamento e localização de atividades.

Art. 3º - Os casos omissos ou as dúvidas suscitadas serão resolvidas pelo Prefeito, ouvidos os dirigentes dos órgãos administrativos da Prefeitura.

Art. 4º - Toda pessoa física ou jurídica sujeita às prescrições deste código, fica obrigada a facilitar, por todos os meios a fiscalização municipal no desempenho de suas funções legais.

SEÇÃO II

Das infrações e das penalidades

Art. 5º - Constitui infração punida por esta Lei, toda ação ou emissão da qual resulte a constituição de situação jurídica contrária às disposições deste Código ou de outras leis, decretos, resoluções ou atos baixados pelo governo Municipal no uso do seu poder de polícia.

Art. 6º - Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infrações, e ainda os encarregados da execução das Leis que, tendo conhecimento da infração, deixarem de atuar o infrator.

Art. 7º - A pena, além de impor a obrigação de fazer ou desfazer,- será pecuniária em multa, observados os limites estabelecidos neste Código.

Art. 8º - Apenalidade pecuniária será juridicamente executada se imposta de forma regular e pelos meios habéis, o infrator se recusar a satisfaze-la- no prazo legal.

I - 1º - A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita em divida ativa.

II - 2º - Os infratores que estiverem em débitos de multa não poderão receber quaisquer quantia ou crédito que tiverem com a Prefeitura, particular- de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacional a qualquer título com a administração municipal.

Art. 9º - As multas serão impostas de acordo com as definidas em cada capítulo.

Art. 10º - Nas reincidências, as multas serão cominadas em dobro - em caso de nova reincidência aplica-se mais (20%) vinte por cento no referiso valor.

tabelecidos por este código por cuja infração já tenha sido atuado e punido.

Art. 11 - As penalidades que se refere este código não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração na forma no Art. 159 do código civil.

Parágrafo Único - Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência que se ao houver determinado.

Art. 12 - No caso de material ou mercadoria perecível, o prazo para reclamação ou retirada será de até 24 h (vinte e quatro horas): expirado esse prazo se as referidas mercadorias ainda se encontraram próprias para o consumo humano, poderão ser doadas a instituições de assistência social e, no caso de deterioriza-ção, deverão ser inutilizadas.

Art. 13 - Não são pessoalmente passíveis das penas definidas neste' código:

I - Os incapazes na forma da Lei;

II - Os que foram coagidos a cometer a infração.

Art. 14 - Quando a infração for praticada por qualquer das pessoas a que se refere o Art. anterior, responsabilizar-se-ão pelas mesmas, para efeito de responsabilidades civis e administrativas:

I - Os pais ou tutores sob cuja guarda estiver o menor;

II - O curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o louco;

III - Aquele que der causa a contravenção forçada.

Art. 15 - Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, as infrações serão aplicadas, alternativas ou cumulativamente com as penalidades de:

I - Advertência ou notificação preliminar;

II - multa;

III - Apreensão de produtos;

IV - Inutilização de produtos;

V - Proibição ou interdição de atividades, observa as legislações federal e estadual a respeito;

VI - Cancelamento de alvará de licença do estabelecimento.

Art. 16 - Nos casos de apreensão, a coisa apreeendida será recolhida

ao depósito da prefeitura; quando a isto não for possível ou quando a apreensão se realizar fora da cidade, o depósito da coisa será confiado em mãos de terceiros ou do próprio detentor, se idôneo observadas as formalidades legais.

Parágrafo Único - A devolução da coisa apreendida só se fará depois de pagas as multas que tiverem sido aplicadas e idenizada a prefeitura das despesas que tiverem sido feitas com sua apreesão, transporte e depósito.

Art. 17 - No caso de não ser reclamado e retirado dentro de 60 (sessenta) dias, o material apreendido será vencido em hasta pública, pela prefeitura, sendo aplicada a importância apurada na idenização das multas e despesas de que trata o artigo e entregue o saldo restante ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído e processado.

SEÇÃO III

Da Notificação Preliminar

Art. 18 - Verificando-se infração a lei ou regulamento municipal, e sempre que se constate não implicar em prejuízo iminente, para a comunidade, será, expedida, contra o infrator notificação preliminar, estabelecendo-se um prazo para que este regularize a situação.

§ 1º - O prazo para regularização de situação não deve exceder o mínimo de 30 (trinta) dias e será arbitrado pelo agente fiscal, no ato da notificação;

§ 2º - Decorrido o prazo estabelecido, sem que o notificado tenha regularizado a situação apontada, lavrar-se-á o respectivo auto de infração.

Art. 19 - A Notificação será feita em formulário destacável do talonário aprovado pela Prefeitura. Do talonário fica a cópia com o "ciente" do notificado.

Parágrafo Único - No caso de o infrator ser analfabeto, fisicamente impossibilitado ou incapaz na forma da lei ou, ainda, se recusar a apor "ciente" o agente fiscal indicará o fato no documento de fiscalização, ficando assim justificada a falta de assinatura do infrator.

Art. 20 - Auto de Infração é o instrumento por meio do qual a auto-

municipal apura a violação das disposições deste código e de outras leis, decretos e regulamentos do município.

Art. 21 - Dará motivo a lavratura de auto de infração qualquer violação das normas deste código que for levada ao conhecimento do prefeito, ou dos chefes de serviço, por qualquer pessoa que a presenciar, devendo a comunicação ser acompanhada de quaisquer meios de provas em direito permitidos, inclusive o testemunhamento pessoal.

Parágrafo Único - Recebendo a respectiva comunicação à autoridade competente ordenará sempre, que couber, a lavratura do auto de infração.

Art. 22 - É autoridade competente para confirmar os autos de infração e arbitrar multas, o Prefeito ou seu substituto legal, este quando em exercício.

Art. 23 - A infração se prova com o auto respectivo, lavrado em flagrante ou não, por pessoas competentes, no uso de atribuições legais.

§ 1º - Considera se competente, de modo geral, aquele a quem a Lei e regulamentos atribuem a função, e, em especial servidoresmunicipais em exercício aos quais caibam aplicar as penalidades previstas na legislação vigente.

§ 2º - Além das autoridades incluídas no parágrafo anterior, é lícito a qualquer pessoa do povo, desde que alfabetizada, lavrar auto de infração, assinando-o com o infrator, ou, em caso de recusa deste, com duas testemunhas idôneas.

§ 3º - O auto será lavrado em 03 (três) vias sendo a primeira encaminhada au autuado ou a seu representante legal imediatamente após sua lavratura, e as outras, retidas pelo órgão autuante.

§ 4º - Na impossibilidade de comunicação imediata ao infrator ou seu representante legal, da lavratura do auto será o autuado comunicado através do correio ou de publicação no diário oficial do município.

Art. 24 - A todo auto de infração precederá sempre que possível uma notificação concedendo prazo para cumprimento das exigências.legais.

Art. 25 - Até prova em contrário, feita em 48 (quarenta e oito) horas pelo infrator, presumem-se verdadeiras os fatos e indicações contidas na notificação regularmente expedida.

Art. 26 - Ninguém poderá recorrer do auto de infração sem que deposite previamente, nos cofres municipais, a quantia relativa a multa pela qual for responsável, ou preste fiança.

Art. 27 - Os Autos de Infração obedecerão a modelos especiais e conterão obrigatoriamenete:

I - O dia, mês, ano, hora e lugar em que foi lavrado:

II - O nome de quem lavrou, relatando-se com toda clareza o fato constante da infração e os pormenores que possam servir de atenuante ou agravante a ação:

III - O nome do infrator, sua profissão, idade, estado civil e residência:

Iv - O preceito legal infrigido:

V - O fato ou ato constituído da infração:

VI - A assinatura de quema lavrou, do infrator e de duas testemunhas capazes, se houver:

VII - O infrator terá um prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentar defesa a infração contida.

Art. 28 - Recusando-se o infrator a assinar o auto, será tal recusa averbada no mesmo pela autoridade que a lavrar.

Art. 29 - Nos casos em que constate perigo iminete para a comunidade,, será lavrado auto de infração, independetemente de notificação preliminar.

SEÇÃO IV

DO EMBARGO

Art. 30 - o embargo consiste na suspensão ou paralização definitiva ou provisória, determinada pela autoridade competente de qualquer atividade, obra ou serviço.

Art. 31 - Verificada a necessidade do embargo, será o infrator ou seu representante legal notificado por escrito a não prosseguir as atividades, obras ou serviços, até sua regularização de acordo com a legislação vigente.

Art. 32 - Se no ato do embargo forem determinadas outras obrigações como remover materiais, retirar ou paralisar máquinas, motores e outros equipamentos

au ainda qualquer outra providência, ao infrator será dado um prazo, a critério da prefeitura, no qual deverá cumprir as exigências, sob pena de a prefeitura executar os serviços, inscrevendo as despesas, acrescidas de 20% (vinte por cento) a título de administração, em anome do infrator, como dívida a fazenda municipal.

SEÇÃO V

DA INTERDIÇÃO

Art. 33 - A Prefeitura poderá interditar qualquer área, edificação ou atividade que, pelas suas más condições de limpeza, salubridade, asseio e segu-' rança, possa trazer perigo a saúde, ao bem estar ou a vida dos respectivos usuários das edificações vizinhas.

Art. 34 - A interdição somente será ordenada mediante parecer da autoridade competente e consistirá na lavratura de um auto, em 04 (quatro) vias, no qual se especificarão as causas das medidas e as exigências que deverão ser observadas.

Parágrafo Único - Uma das vias será entregue aos responsável ou ao proprietário do imóvel, obra ou construção interditada, ou ao seu representante legal, e a outra, afixada no lical.

Art. - 35 - Se a edificação interditada, em virtude da natureza do material com que foi construída ou qualquer outra causa, não permitir melhoramento qua a tirnem salubre, a Prefeitura declara-la-á inabitável e indicará ao proprietário o prazo dentro do qual deverá proceder a sua demolição ou reconstrução.

Art. 36 - Nenhum prédio interditado, seja por perigo de iminente de desabamento ou por ter sido declarado insalubre, poderá ser habitado ou utilizado ' pelo proprietário, inquilino ou qualquer pessoa, antes que sejam atendidas as condições de habitalidade.

SEÇÃO VI

DA CASSAÇÃO DA LICENÇA

Art. 37 - Os estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços, feirantes e vendedores ambulantes, poderão ter cassada a licença de localização e funcionamento, quando suas atividades não atenderem as disposições da legislação de uso e ocupação do solo, obras, posturas e outros atos administrativos em vigor.

Art. 38 - Também se incluem, para efeito de cassação da licença de localização ou funcionamento, os estabelecimentos cujos responsáveis se neguem a exibir a licença, se solicitada pela autoridade competente.

Art. 39 - Feita a cassação da licença de localização e funcionamento, o estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviços será imediatamente fechado ou interditado.

Art. 40 - Poderão o estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviços, feirantes e os vendedores ambulantes reiniciar suas atrividades quando satisfeitas as exigências da legislação em vigor e mediante a emissão da nova licença.

SEÇÃO VII

DA APREENSÃO E PERDA DE BENS E MERCADORIAS

Art. 41 - Quando se verificar o exercício ilícito do comércio, a Prefeitura poderá determinar a apreensão ou perda de bens e mercadorias, como medida asseguratória do cumprimento das exigências previstas nesta Lei.

Art. 42 - Os bens ou mercadorias aprendidas serão recolhidas ao depósito da Prefeitura.

Art. 43 - Toda apreensão deverá ser acompanhada de termo de apreensão lavrada pela autoridade competente e deverá conter:

I - Especificação dos bens ou mercadorias apreendidas, data, horas e local da apreensão:

II - Motivo da apreensão;

III - Prazo para retirada dos bens ou mercadorias;

IV - Nome e endereço do infrator;

Art. 44 - Os bens ou mercadorias apreendidas só serão restituídas após a regularização e atendidas pelo infrator, depois de pagas as dívidas, multas e as despesas da Prefeitura, com apreensão, transportes e depósito.

Art. 45 - Não sendo reclamados os bens ou mercadorias apreendidas,no prazo estabelecido, serão vendidos em leilão público, anunciado em edital através da imprensa, ou entregues as instituições de caridade e assistência social.

Art. 46 - Quando a apreensão recair sobre produtos tóxicos e nocivos a saúde, ou cuja venda for ilegal, a perda da mercadoria será definitiva, devendo ser remetida aos órgãos estaduais ou federais competentes, com as indicações necessárias.

SEÇÃO VIII

DO DESFAZIMENTO, DEMOLIÇÃO OU REMOÇÃO

Art. 47 - Além dos casos previstos nesta Lei, poderá ocorrer o desfazimento, a Demolição ou a Remoção total ou parcial das instalações que, de algum modo, possam comprometer ou causar prejuízos a segurança, saúde e bem estar da população, ou ainda ao aspecto paisagístico da cidade.

Art. 48 - A demolição total ou parcial da edificação ou dependência será imposta nos seguintes casos:

§ 1º - Quando a obra for executada sem a prévia aprovação do projeto e o respectivo licenciamento;

§ 2º - Quando executada em desrespeito ao projeto aprovado nos seus elementos essenciais;

§ 3º - Quando julgada com risco iminente de caráter público, e o proprietário, não tomar as providências determinadas pela Prefeitura para sua segurança.

Art. 49 - O ato de desfazimento, demolição ou remoção total ou parcial será precedido de notificação, que determinerá o prazo para o desfazimento, demolição ou remoção, acompanhada de laudo técnico contendo as exigências a serem cumpridas.

Art. 50 - O ato de desfazimento, demolição ou remoção não isentar o infrator de outras penalidades previstas na legislação vigente.

SEÇÃO IX

DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Art. 51 - O infrator terá o prazo de sete dias para apresentar defesa, devendo fazê-lo em requerimento dirigido ao Prefeito.

Art. 52 - Julgada improcedente ou não sendo a defesa apresentada no prazo, previsto será imposta a multa ao infrator, o qual será intimado a recolhê-la dentro do prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 53 - Decorrido o prazo previsto no artigo 51, sem interposição de recurso, a multa não paga tornar-se efetiva e será cobrada por via judicial, após inscrição no respectivo livro da dívida ativa.

Art. 54 - Das penalidades impostas na forma desta lei, caberá recurso administrativo a autoridade imediatamente superior aquela que as aplicou, sendo' o prefeito municipal a última instância.

Art. 55 - Nenhum recurso terá efeito suspensivo.

Art, 56 - Provido o recurso interposto da aplicação da multa, restituir-se-a recorrente valor do depósito recolhidos aos cofres municipais.

Art. 57 - As penalidades nesta lei compreendem:

I - multa;

II - Embargo;

III - Apreensão e perda de bens e mercadorias;

IV - Interdição;

V - Suspensão;

VI - Cassação de Licença;

VII - Desfazimento, demolição ou remoção.

Art. 58 - Todo aquele que infrigir as disposições desta lei sujeitar-se-á as penalidades nela estabelecidas, sem prejuízo das outras previstas na legislação em vigor.

SEÇÃO X

DA REPRESENTAÇÃO

Art. 59 - Quando incompetente para notificação preliminar ou para autuar, o servidor municipal deve, e qualquer pessoa pode, representar contra toda ação ou omissão contrária a disposição deste ou de outras leis, e regulamentos de posturas.

§ 1º - A representação faz-se-a por escrito legível o nome, a profissão e o endereço do seu autor, e será acompanhada de provas, ou indicará os elementos desta e mencionára os meios ou as circunstâncias em razão das quais se tornou conhecida a infração.

§ 2º - Recebida a representação, a autoridade competente providenciará imediatamente as deligências para verificar a respectiva veracidade, e, conforme couber, notificará preliminarmente o infrator, autoa-lo-a ou arquivará a representação.

CAPÍTULO X

DA HIGIENE PÚBLICA

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 60 - O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos será executado diretamente pela Prefeitura ou pro concessionária.

Art. 61 - Compete a Prefeitura zelar pela higiene pública, visando a melhoria do ambiente e a saúde e o bem estar da população, favoráveis ao seu desenvolvimento social e ao aumento da expectativa de vida.

Art. 62 - A fiscalização sanitária abrangerá especialmente a higiene e limpeza das vias públicas, das habitações particulares e coletivas, da alimentação, incluíndo todos os estabelecimentos onde se fabricam ou vendem bebidas e produtos alimentícios, e dos estábulos, cocheiras e pocilgas e as normas estabelecidas neste código.

Art. 63 - Em cada inspeção em que for verificada irregularidade, apresentará ao funcionário competente um relato-circunstânciado, sugerindo medidas ou solicitando providências a bem da higiene pública.

Parágrafo Único - A Prefeitura tomará as providências cabíveis ao caso, quando o mesmo for da alçada do Governo Municipal, ou remeterá cópias do relatório as autoridades federais ou estaduais, competentes, quando as providências necessárias forem da alçada das mesmas.

SEÇÃO II

DA HIGIENE DAS VIAS PÚBLICAS

Art. 64 - Os moradores são responsáveis pela limpeza do passeio e sarjeta fronteiriças a sua residência.

§ 1º - A lavagem ou varriação do passeio e sarjeta deverá ser efetuada em hora conveniente a de pouco trânsito.

§ 2º - é absolutamente proibido, em qualquer caso, varrer lixos ou detritos sólidos de qualquer natureza para os ralos dos logradouros públicos.

Art. 65 - é proibido fazer varriação do interior dos prédios, dos terrenos e dos veículos para a via pública, e bem assim despejar ou atirar papéis, amúncios, ou qualquer detritos sobre o leito de logradouros públicos.

Art. 66 - A ninguém é lícito sob qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas, danificando ou obstruindo tais servidores.

Art. 67 - Para preservar de maneira geral a higiene pública fica terminantemente proibido.

I - lavar roupas em chafarizes, fontes tanques situados nas vias públicas;

II - Consentir o escoamento de águas servidas das residências para a rua;

III - Conduzir, sem as precauções devidas, qualquer material que possa comprometer o asseio das vias públicas;

IV - Queimar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos em

V - Aterrar via públicas, com lixo, materiais velhos ou quaisquer detritos;

VI - Conduzir para a cidade, vilas, povoados do município doentes portadores de moléstias infecto-contagiosas salvo com as necessárias precauções de higiene e para fins de tratamento.

Art. 68 - A instalação dentro do perímetro urbano da cidade, e dedistritos, de indústrias ou comércio que pela natureza dos produtos pelas matérias-primas utilizadas, pelos combustíveis empregados, ou por qualquer outro motivo possam prejudicar a saúde pública só será permitida após a inspeção do órgão municipal competente para expedição do alvará de licença de localização e funcionamento e do certificado de inspeção sanitária, respeitando os definidos em seus regulamentos.

Art. 69 - Nenhuma obra, inclusive demolição, quando feita no alinhamento das vias públicas, poderá dispensar o tapume provisório, que deverá ocupar uma faixa de largura, no máximo, igual a metade do passeio.

§ 1º - Quando os tapumes forem construídos em esquinas, as placas de nomenclatura dos logradouros serão neles afixados de forma bem visível.

§ 2º - Dispensa-se o tapume quando as tratar de:

I - Construção ou reparos de muros ou grades com altura não superior a dois metros;

II- Pinturas ou pequenas reparos;

Art. 70 - Os andaimes deverão, satisfazer as seguintes condições:

I - Apresentare, perfeitas condições de sgurança;

II - terem a largura do passeio, até no máximo de 2m;

III - Não causarem dano as árvores aparelhos de iluminação e redes telefônicas e da atribuição de energia elétrica.

Parágrafo Único - O andaime deverá ser retirado quando ocorrer a paralização da obra por mais de 30 (trinta) dias.

Art. 71 - Poderão ser armados corretos ou provisórios, nos logradouros públicos, para comícios políticos, festividades religiosas, cívicas ou de caráter popular, desde que sejam observadas as condições:

I - Serem aprovados pela prefeitura, quando a sua localização;

II - Não pertubarem o trânsito público;

III - Não prejudicarem o calçamento nem o escoamento das águas pluvi-

viais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades os estragos por acaso verificados;

IV - Serem removidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do encerramento dos festejos.

Parágrafo Único - Uma vez findo o prazo estabelecido no ítem Iv a prefeitura promoverá a remoção do correto ou palanque, cobrado ao responsável as despesas de remoção, dando ao material removido o destino que entender.

Art. 72 - Nenhum material poderá fornecer nos logradouros públicos.

Art. 73 - O ajardinamento e a arborização das praças e vias públicas serão atribuições da prefeitura.

Parágrafo Único - Nos logradouros abertos por particulares com licença da Prefeitura, a facultado aos interessados promover e custear a respectiva ' arborização.

Art. 74 - É proibido podar, derrubar ou sacrificar as árvores da arborização pública, sem consentimentos expresso da Prefeitura.

Art. 75 - Nas árvores dos logradouros públicos não será permitida a colocação de cartazes e anúncios nem fixação de cabos ou fios sem a autorização da Prefeitura.

Art. 76 - Os postes telefônicos de iluminação e força, as caixas postais, só poderão ser colocadas nos logradouros públicos, mediante autorização da Prefeitura, que indicará as posições convenientes as posições convenientes e as condições da respectiva instalação.

Art. 77 - As colunas ou suportes de anúncios, out-doors, os bancos ou abrigos no logradouro público somente poderão ser instalados mediante licença prévia da Prefeitura.

Art. 78 - As banças para venda de jornal e revistas poderão ser permitidas nos logradouros, públicos, desde que satisfaça as seguintes condições:

I - Terem sua localização aprovada pela Prefeitura;

II - Apresentarem bem aspécto quanto a sua construção;

III - Não pertubarem o trânsito público;

IV - Serem de fácil remoção.

Art. 79 - Os estabelecimentos comerciais poderão ocupar, com mesas e cadeiras, parte do passeio correspondente a testada de edifício, desde que fique

livre para o trânsito público uma faixa do passeio de largura de 2m.

Art. 80 - Os relógios, estátuas, fontes e quaisquer monumentos somente poderão ser colocados nos logradouros públicos se comprovado o seu valor artístico ou cívico a juízo da Prefeitura.

Art. 81 - Dependerá ainda, de aprovação, o local escolhido para a fixação dos monumentos.

Art. 82 - É dever de todos os cidadãos zelar pela limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular, dever dos habitantes da cidade impedir o escoamento de água servidas das residências para a rua.

Art. 83 - Na infração de qualquer sertigo no capítulo II e seção II da higiene das vias públicas será imposta a multa conforme tabela I, do anexo I a esta Lei.

SEÇÃO III

DA HIGIENE DOS ALIMENTOS

Art. 84 - Não será permitida a produção, exposição ou venda de Gêneros alimentícios, falsificados, adulterados ou nocivos a saúde, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da fiscalização e removidos para local destinados a inutilização dos mesmos, a fiscalização será feita em articulação como o órgão estuadual de saúde pública:

Art. 85 - A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado, severa fiscalização sobre a produção e comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Art. 86 - Não será permitida a produção, exposição ou venda , de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos a saúde, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da fiscalização e removidos para o local destinado a inutilização dos mesmos.

§ 1º - A inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimento comercial do pagamento das multas e demais penalidades que possa sofrer em virtude da infração.

§ 2º - A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação da licença para funcionamento da fábrica ou casa comercial.

Art. 87 - Nas quintandas e casas congêneras, além das disposições gerais concernentes dos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser ob-' servadas os seguintes:

I - O estabelecimento terá, para depósito de verduras que devem ser consumidas sem coação, recipientes ou dispositivos de superfície e a prova de moscas, poeiras e quaisquer contaminações;

II - As frutas expostas e venda serão colocadas sobre mesas, ou estantes rigorosamente limpas e afastadas em no mínimo das ombreiras das portas externas;

III - As gaiolas para aves serão de fundo móvel, para facilitar a sua limpeza, que será feita diariamente;

Parágrafo Único - É proibido utilizar-se para outro qualquer fim, dos depósitos de hortaliças, legumes ou frutas.

Art. 88 - É proibido ter depósito ou exposto a venda:

I - Aves doentes;

II - Frutas não sazonadas;

III - Legumes, hortaliças, frutas ou ovos deteriorados.

Art. 89 - Toda água que tenha de servir na manipulação ou preparo de gêneros alimentícios, desde que não provenha do abastecimento público, deve ser comprovadamente pura.

Art. 90 - O gelo destinado ao uso alimentar deverá ser fabricado com a água potável, isenta de qualquer contaminação.

Art. 91 - As fábricas de doces e massas, as refinarias, padarias, confeitarias e os estabelecimentos congêneres deverão ter:

I - Piso e as paredes das salas de eleboração dos produtos revestidos de ladrilho até a altura de 2m;

II - As salas de preparo dos produtos com as janelas e aberturas ' telada e a prova de moscas.

Art. 92 - Os vendedores ambulantes de gêneros alimentícios além das prescrições deste Código que lhes não aplicáveis, deverão observar ainda os seguintes:

I - Terem carrinhos de acordo com o modelo oficial da prefeitura;

II - Velarem para que os gêneros que ofereçam não estejam deteriorados nem contaminados e se apresentem em perfeita condições de higiene, sob pena de multa e de apreensão das referidas mercadprias que serão inutilizadas;

III - Terem os produtos expostos a venda conservados em recipientes' apropriados, para isolá-los de impurezas e de insetos;

IV - Usarem vestuários adequado e limpo;

V - Manterem-se rigorosamente asseados;

VI - Os vendedores ambulantes não poderão vender frutas descascadas, cortadas ou em fatias;

VII - Ao vendedor ambulante de gêneros alimentícios de ingestão emediata, é proibido toc-a-los com a mão sob a pena de multa, sendo a proibição extensiva a frequência;

VIII - Os vendedores ambulantes de alimentos preparados não poderão estacionar em locais em que seja fácil a contaminação dos produtos expostos a venda.

Art. 93 - A venda ambulante de sorvetes, refrescos, doces, guloseimas, pães e outros gêneros alimentícios, de ingestão imediata, só terá permitida em carros apropriados caixas ou outros receptáculos, fechados, devidamente vistoriados' pela prefeitura, de modo que a mercadoria sela inteiramente resguardada da poeira e da ação do tempo ou de elementos maléficos de qualquer espécie, sob pena de multa e de apreensão das mercadorias.

§ 1º - É obrigatório que o vendedor ambulante justaponha, rigorosamente e sempre, as partes das vasilhas destinadas a venda de gêneros alimentícios ' de ingestão imediata, de modo a preservá-lo de qualquer contaminação.

§ 2º - O condicionamento de bolos, confeitos e biscoitos previdos de envoltórios poderão ser feito em vasos abertos.

Art. 94 - Na infração de qualquer artigo do Capítulo II, Seção III- da higiene dos alimentos, será imposta a multa conforme tabela I do anexo I a esta ' Lei.

SEÇÃO IV

DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS INDÚSTRIAS E PRESTADORES DE SERVIÇOS.

Art. 95 - A Prefeitura exercerá, em, colaboração com as autoridades sanitárias do estado e da união, severa fiscalização sobre a higiene dos alimentos expostos a venda e dos estabelecimentos industriais e de serviços localizados no município.

Art. 96 - Nas quintandas e casas congêneres, além das disposições' gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes:

I - As frutas e verduras expostas a venda serão colocadas sobre mesas ou estantes rigorosamente limpas e afastadas no mínimo im (um metro) das ombreiras das portas externas;

II - As gaiolas para aves serão de fundo móvel para facilitar a sua' limpeza, que será feita diariamente.

Parágrafo Único - É proibido utilizar para outro e qualquer fim os depósitos de hortaliças, legumes ou frutas.

Art. 97 - As cocheiras e estábulos existentes na cidade, vilas ou povoações do município deverão, além da observância de outras disposições deste código que lhes forem aplicados, obedecer as seguintes exigências:

I - Possuir muros divisórios, com 3m (metros) de altura mínima separando-se dos terrenos limitrofes;

II - Conservar a distância mínima de 2,5m (dois metros e meio) entre a construção e a divisão do lote;

III - Possuir sarjetas de revestimentos impermeável para águas residuais e sarjetas de contorno para água de chuva;

Iv - Possuir depósito para estrume, a prova de insetos e com capacidade para receber a produção de 24h (vinte e quatro) horas a qual deve ser diaria-' mente removida para a zona rural;

V - Possuir depósito para ferragens, isolado da parte destinada aos animais e devidamente vedado aos ratos;

VI - Manter completa separação entre possíveis compartimentos para empregados e parte destinada aos animais;

VII - Obedecer a um recuo de pelo menos 20m (vinte) de alinhamento do logradouro.

Art. 98 - Os hoteís, restaurantes, bares, cafés, botequins e estabelecimentos congêneres deverão observar o seguinte:

I - A lavagem de louça e talhetes deverá fazer-se em água corrente, não sendo permitido em qualquer hipótese a lavagem em baldes, tonéis ou vasilhames;

II - A higienização de louças e talheres deverá ser feita com água fervente;

III - Os guardanapos e toalhas serão de uso idividual;

IV - Os açucareiros serão do tipo que permita a retirada do açúcar sem o levantamento da tampa;

V - A louça e os talheres deverão ser guardados em armários com portas e ventiladores, não podendo ficar expostos as poeiras e as moscas.

Art. 99 - Os estabelecimentos a que os refere o artigo são obrigados a manter seus empregados ou garçons limpos, convenientemente trajados, de preferência uniformizados.

Art. 100 - Nos salões de barbeiros e cabeleireiros é obrigatório o uso de toalhas e golas individuais;

Art. 101 - Nos hospitais, casas de saúde e maternidade, além das disposições gerais destes código, que lhes forem aplicadas, é obrigatório;

I - A existência de uma lavanderia a água quente com instalações completas de desinfecção;

II - A existência de depósito apropriado para roupas servida;

III - A instalação de uma cozinha com a mínima, de peças destinadas respectivamente a depósito de gênero; a preparo de comidas e a distribuição de comida e lavagem e esterilização de louças e utensílios, devendo todas as peças ter piso e paredes revestidas de ladrilhos até a altura mínima de 2m.

Art. 102 - A instalação dos necrotérios e capelas mortuarias será feita em prédios isolado, distante no mínimo 20 m das habitações vizinhas e situados de maneira que o seu interior não seja devassado ou descortinado.

Art. 103 - Os açougues e peixarias deverão ser atendidas pelo menos as seguintes condições específicas para a sua instalação e funcionamento:

I - Ser dotados de torneira e de pias apropriadas;

II - Ter balcões com tampa de material impermeável e lavável;

III - Ter câmaras frigoríficas ou refrigeradores com capacidade proporcional as suas necessidades.

Art. 104 - Nos açougues só poderá entrar carnes provenientes dos conduzidos em veículos apropriados.

Art. 105 - Os responsáveis por açougues e peixarias são obrigados a observar as seguintes prescrições de higiene:

I - manter o estabelecimento em completo estado de asseio e higiene;

II - Não guardar na sala so trabalho objetos que lhes seja estranhos;

Art. 106 - Na infração de qualquer artigo do capítulo II seção IV da higiene dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestação de serviço, será imposta a multa conforme a tabela I do anexo desta Lei.

SEÇÃO V

DA HIGIENE DAS HABITAÇÕES E TERRENOS

Art. 107 - As residências urbanas ou suburbanas deverão ser caiadas e pintadas de três anos, no mínimo, salvo exigências especiais das autoridades sanitárias.

Art. 108 - Os proprietários ou inquilinos são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, prédios e terrenos.

Parágrafo Único - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanoso e servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas e povoado.

Art. 109 - Não é permitido conservarágua estagnada nos quintais ou pátios do prédio situado na cidade, vilas ou povoados.

Art. 110 - O lixo das habitações será recolhido em vasilhames, sacos de plástico apropriado, providos de tampa para serem removidos pelo serviço de limpeza pública.

Parágrafo Único - Não será considerado como lixo os resíduos de fábricas e oficinas, ou restos de matariais de construção, os entulhos provenientes' de demolição, as matérias encrementárias e restos de ferragens das cocheiras e estábulo as palhas ou outros resíduos das casas comerciais, os quais serão removidos a custa dos respectivos inquilinos ou proprietários, ou mediante ao pagamento da taxa de coleta de lixo em horário especial, definido no código tributário municipal.

Art. 111 - Os terrenos, bem como os pátios e quintais situados dentro dos limites da cidade, devem ser mantidos livres de mato, águas estagnadas e ' lixo.

Parágrafo Único - Decorrido o prazo dado para que uma habitação ou terreno seja limpo, a Prefeitura deverá mandar executar a limpeza, a presentando ' ao proprietário a respectiva conta acrescida de 20% a título de administração.

Art. 112 - As casas, apartamentos, e prédios de habitação coletivas deverão ser dotadas de instalações incineradoras e coletora de lixo, está convenientemente disposta, perfeitamente vendada e dotada de dispositivo para a limpeza e lavagem.

Art. 113 - Nenhum prédio situado em via pública dotado de rede de ' instalações sanitárias.

§ 1º - Os prédios de habitação coletiva terão abastecimento D'água banheiros privados em número proporcional a dos seus moradores.

§ 2º - Não será permitido nos prédios da cidade, das vilas, e dos povoados, providos de rede de abastecimento d8água, a abertura ou manutenção de cisterna.

Art. 114 - As chaminés de qualquer espécie de fogão de casas particulares de restaurantes, pensões, hotéis e de estabelecimentos comerciais, industriais de qualquer natureza, terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem ou-

tros resíduos que possam expelir não incomodem os vizinhos.

Parágrafo Único - Em casos especiais, a critério da Prefeitura, as chaminés poderão ser substituidas por aparelhamento eficiente que produza idêntico efeito.

Art. 115 - A Prefeitura poderá promover mediante indenização das despesas acrescidas de 20% (vinte por cento) por serviços de administração, a execução de trabalho de construção de calçadas drenagem ou aterreos, em propriedade' privada cujo responsável se omiti de fazê-lo; poderá ainda declarar insalubre toda construção ou habitação que não reuna as consições de higiene indispensáveis,' ordenando a sua interdição ou demolição.

Parágrafo Único - Quando não existir rede pública de abastecimentos d'água ou coletora de esgotos, as habitações deverão dispor de fossas sépticas.

Art. 116 - Na infração de qualquer artigo do capítulo II seção V da higiene das habitações e terrenos será imposta a multa conforme tabela I do anexo I a esta Lei.

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA DE COSTUMES SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 117 - É expressamente proibido as casas de comércio ou aos ambulantes a exposição ou venda de gravuras, livros, revistas ou jornais pronográficos ou obscenos.

Parágrafo Único - A reincidência na infração deste artigo determinará a cassação de licença de funcionamento.

Art. 118 - Não serão permitidos banhos nos rios, córregos ou lagoas do município, exceto nos locais designados pela prefeitura como próprios para banhos ou esportes náuticos.

Art. 119 - Os proprietários de estabelecimentos em que se vendam bebidas alcóolicas serão responsáveis pela manutenção da ordem nos mesmos.

Parágrafo Único - As desordens, algazarras ou barulhos, por ventura verificados nos referidos estabelecimentos sujeitarão os proprietários a multa podendo ser cassada para seu funcionamento nas reincidências.

SEÇÃO II

DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

Art. 120 - Divertimentos públicos, para os efeitos deste código, serão os que se realizarem nas vias públicas, ou em recintos fechados de livre acesso ao público.

Art. 121 - Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem licença da prefeitura.

Parágrafo Único - O requerimento de licença para funcionamento de qualquer casa de diversão será instruído com a prova de terem sido satisfeitas as exigências regulamentarem referentes a construção e higiene do edifício, e precedida a vistória policial.

Art. 122 - Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo código de obras:

I - Tanto as salas de entradas como as de espetáculos serão mantidas higienicamente limpas;

II - As portas e os corredores para o exterior serão amplos, e conserva-se-ão sempre livres de grades, móveis ou quaisquer objeto que possa dificultar a retirada rápida do público em caso de emefgência;

III - Todas as portas de saída serão encimadas pela inscrição "saida" e legívela distância e iluminosa de forma suave quando se apagarem as luzes da sala;

IV - Os aparelhos destinados a renovação do ar deverão ser conservados e mentido em perfeito funcionamento;

V - Haverá instalações sanitárias independente para homens e mulheres;

VI - Serão tomadas todas as precauções necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatório a adoção de extintores de fogo em locais visíveis de fá-

cil acesso;

VII - Durante os espetáculos, deverão as portas conservar-se abertas, vedadas apenas com cortinas;

VIII - Possuirão bebedouros automático de água filtrada em perfeito estado de funcionamento;

IX - Deverão possuir material de pulverização de inseticidas;

X - Mobiliário será mantido em perfeito estado de conservação.

Art. 123 - Não será permitida o jogo de azar nas praças logradouros públicos, parques de diversões, calçadas ou em lugares que tenha acesso as crianças.

Parágrafo Único - O infrator será advertido e multado conforme a tabela definida no art. 137 desta Lei, independetemente das sansões contida no código civil.

Art. 124 - Nas casas de espetáculos de sessões consecutivas, que não tiverem exaustores suficiente, deve entre a saída e a entrada dos espetáculos , de correr o tempo suficiente, para o efeito de renovação do ar.

Art. 125 - Em todos os teatros, circos ou salas de espetáculos, serão reservados quatro lugares, destinados as autoridades policiais, encarregada da fiscalização.

Art. 126 - Os programas anunciados serão executado integralmente , não podendo os espetáculos iniciar-se em hora diversa da marcada.

Parágrafo 1º - Em caso de modificação do programa ou de horário o empresário devolverá aos espectadores o preço integral da entrada;

Parágrafo 2º - As disposições deste artigo aplicam-se inclusive as competições esportivas para as quais se exija o pagamento de entradas.

Art. 127 - Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos por preço superior ao anunciado e em número excedente a lotação do teatro, cineme, circo ou sala de espetáculos.

Art. 128 - Não serão fornecidas licenças para a realização de jogo' ou diversões ruidosas em locais compreendido em área formada por um raio de 100 ms de hospitais, casas de saúde ou maternidades.

Art. 129 - Para funcionamento de teatros, além das demais disposições aplicáveis deste código, deverão ser observadas as seguintes disposições:

I - A parte destinada ao público será inteiramente separada da parte aos artistas, não havendo, entre as duas mais que as indispensáveis comunicações de serviços;

II - A parte destinada aos artistas deverá ter quando possível, fácio e direta comunicação com as vias públicas de maneira que assegure saida ou entrada ' franca com dependência da parte destinada a permanência do público.

Art. 130 - Para funcionamento de cinemas serão ainda observadas as seguintes disposições:

I - Só poderá funcionar em pavimentos térreos;

II - Os aparelhos de projeção ficarão em cabines de fácil saída construídas de materiais incombustíveis;

III - No interior das cabines não poserá existir número de películas, do que necessárias para as sessões de cada dia e ainda assim deverá elas está depositadas em cabines especiais, incombustíveis hermeticamente fechado, que não seja aberto por mais tempo que o indispensável ao serviço.

Art. 131 - A armação de circos de pano ou parques de diversões só poderá ser permitida em certos locais, a juizo da Prefeitura.

1 - A autorização de funcionamento de estabelecimentos de que se trata este artigo não poserá ser por prazo superior a um, mês.

2 - Ao conceder a autorização, poderá a Prefeitura estabelecer as restrições que julga convenientes, no sentido de assegurar a ordem e a moralidades dos ' investimentos e o sossego da vizinhança.

3 - A seu juízo, poderá a Prefeitura não renovar a autorização de um circo ou parque de diversões, ou obrigá-los a novas restrições ao conceder-lhes renovações pedida.

4 - Os circos e parques de diversões, embora autorizados só poderão ' ser postos a frequência pública depois de vistoriadas em todos as suas instalações pelas autoridades da Prefeitura.

Art. 132 - Para permitir armação de circos ou barracas em logradouros público, poderá a Prefeitura exigir, se o julgar conveniente, um depósito, até' o máximo de valores de referência vigentes na região, como garantia de despesas com eventual limpeza e recomposição do logradouro.

Parágrafo Único - O depósito será restituído integralmente se não ' houver necessidade de limpeza especial ou reparos, em casos contrário, serão reduzidos do mesmo as despesas feitas com tal serviço.

Art. 133 - Na localização do estabelecimento de diversões noturnas, Prefeitura terá sempre em vista o sossego da população e a traquilidade da vizinhança.

Art. 134 - Os espetáculos, bailes ou festas de caráter público, dependem, para realizar-se, de prévia licença da Prefeitura.

Parágrafo Único - Executam-se das disposições deste artigo as reuniões de qualquer natureza, sem convites ou entradas pagas, levadas a efeitos por clubes ou entidades de classe, em sua sede, ou realizações em residências particulares.

Art. 135 - É expressamente proibido, durante os festejos carnavalescos apresentar-se com fantasias indecorosas ou atirar água ou outra substância que possa molestar ou transseunte.

Parágrafo Único - Fora do período destinado aos festejos carnavalescos a ninguém é permitido apresentar-se marcarado ou fantasiado nas vias públicas salvo com licença especial das autoridades.

Art. 136 - Na infração de qualquer artigo do capítulo III seção I e II da polícia de costumes e segurança pública, será imposta a multa conforme tabela I do anexo a esta Lei.

SEÇÃO III

DA POLUIÇÃO SONORA

Art. 137 - É proibido perturbar o bem estar e o sossego público ou da vizinhança, com ruídos, algazarras, barulho ou sons de qualquer natureza, produzidos' por qualquer forma, que ultrapasse os níveis de intensidade fixados nesta Lei.

Art. 138 - Os níveis de intensidade do som ou ruído, fixado por esta Lei atenderão as normas e técnicas oficiais e serão medidas, em decíbel (dB), pelo aparelho medidor de nível de som, que atenda as recomendações da EB-386/74 da ABNT.

Art. 139 - Nos logradouros públicos são expressamente proibidos anúncios, pregões ou propaganda comercial, por meio de aparelhos ou instrumentos,de qualquer natureza, produtores ou amplificadores de som ou ruídos, individuais ou coletivos, tais como: Trompas, apitos, tímpanos, campainhas, buzinas, sinos, matraças, cornetas, amplificadores, alto falantes, trombone, fanfarras, bandas ou conjuntos musicais.

§ 1º - Fica proibida, mesmo no estabelecimento a utilização de alto falantes, fonógrafos e outros aparelhos sonoros usados como meio de propaganda, desde que se façam ouvir do recinto onde funciona.

§ 2º - No interior dos estabelecimentos comerciais especializados no negócio de discos, ou de aparelhos sonoros ou musicais, é permitido o funcionamento desses aparelhos e reprodução de discos, desde que não as propaguem fora do recinto onde funciona.

Art. 140 - Nos logradouros públicos é expressamente proibida a queima de morteiros, bombas e foguetes de artifícios em geral ou produzido por arma de fogo.

Art. 141 - Casas de comércio ou locais de diversões públicas como parques, bares, cafés, restaurantes, cantinas e boates, nas quais haja execução ou reprodução de números musicais por orquestras, instrumentos isolados ou aparelhos de som, deverão ser proibidos de instalações adequados de modo a reduzir aos níveis permitidos nesta lei a intensidade de suas execuções ou proporções a fim de não perturbar o sossego da vizinhança.

Art. 142 - Não se compreendem nas proibições desta lei os ruídos produzidos por:

I - Os apitos de rondas de guarda policiais, vozes ou aparelhos usados na propaganda eleitoral, de acordo com a legislação própria;

II - Sinos de Igreja ou Templos, desde que sirvam exclusivamente pa-

ra indicar as horas ou anunciar a realização de atos ou cultos religiosos;

III - Banda de músicas, desde de que em procissões, cortejos de desfiles políticos;

IV - Sirenes ou aparelhos de sinalização sonora de ambulância, carros de bombeiros ou assemelhados;

V - Manifestações em recintos destinados a prática de esportes com horário previamente licenciado.

Art. 143 - Nas proximidades de repartições públicas, escolas, hospitais, teatros, tribunais ou de igrejas, nas horas de funcionamento e, permanentemente para caso de hospitais fica proibido ruídos, barulhos e rumores, bem como a produção daqueles sons excepcionalmente permitidos no artigo anterior.

Art. 144 - Somente durante os festejos carnavalescos e de ano novo e de outras festas folclóricas, serão toleradas em caráter especial, as manifestações jś tradicionais.

Art. 145 - A emissão de sons ruídos, em decorrência de qualquer atividade industrial, comercial, social ou reacreativa, inclusive as de propaganda, obedecerá, no interesse da saúde, da segurança e do nosso público, aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidas nesta lei e nas normas oficiais vigentes.

Parágrafo Único - As máquinas e aparelhos que, a respeito de aplicações de dispositivos especiais, não apresentarem sensível das pertubações, não poderão funcionar aos domingos e feriados, nem a partir das 18hs, nos dias úteis.

Art. 146 - Consideram-se prejudicar a saúde, a segurança e ao sossego público, para os fins do artigo anterior os sons e ruídos que:

a) Atinjam, no ambiente exterior do recinto em que tem origem nível de som mais de 10 (dez) decibel (dB) (A), acima do ruído de fundo existente no local sem tráfego;

b) Independetemente do rúido de fundo, atinjam no ambiente exterior do recinto em que tem origem, mais de 70 (setenta) decíbeisdurante o dia e 60 (sessenta) decibeis - dB (A), durante a noite;

c) Alcancem, no interior do recinto em que, são produzidos, níveis de som superior aos considerados aceitáveis pela norma NB-95, da Associação Brasilei

ra de Normas Técnicas - ABNT, ou das que lhe sucedem.

Art. 147 - Na execução dos projetos de construção ou de reformas de edificações, para atividades heterogêneas, o nível de som produzido por mais uma delas não poderá ultrapassar os níveis estabelecidos pela norma NB-95, da ABNT, ou das que lhe sucederem.

Art. 148 - A emissão de ruídos e sons produzidos por veículos automotores, e os produzidos no interior dos ambientes de trabalhos, obedecerão as normas expedidas, respectivamente pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e pelo órgão competente do Ministério do Trabalho.

I - Os de motores de explosão desprovidos de silenciosos ou com estes em mau estado de funcionamento.

Art. 149 - É proibido pertubar o sossego com ruídos ou sons excessivos, tais como:

I - Os de buzinas, clarins, tipanos, campainhas ou qualquer outros aparelhos;

II - A propaganda realizada com alto falante, bombos, tambores sem prévia autorização da prefeitura;

III - Os de apitos ou silvios de sirene de fábricas, cinemas ou estabelecimentos outros, por mais de 30 segundos ou depois das 22h horas.

Art. 150 - É proibido executar qualquer trabalho ou atividade que produza ruído, antes das 6h e depois das 20h, nas proximidades de escolas e casas de residências,

Art. 151 - Para a medição dos níveis de som considerados na presente lei, o aparelho de nível de som, conectado a resposta lenta, deverá, estar com o microfone afastado, no mínimo, de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) da divisa do imóvel que contém a fonte de som e ruído, e a altura de 1,20 (um metro e vinte centímetros) do solo.

Art. 152 - O microfone do aparelho medidor de nível de som deverá estar sempre afastado, no mínimo, de 1,20m (um metro e vinte centímetros) de qualquer obstáculo, bem como guarnecido com tela de vento.

Art. 153 - Todos os níveis de som são retorados a curva de ponderação (A) dos aparelhos medidores, inclusive os mencionados na NB-95, ABNT.

Art. 154 - Na infração de qualquer artigo do capítulo III seção III da poluição sonora será imposta a multa conforme a tabela I a esta Lei.

Art. 155 - O trânsito de acordo com as leis vigentes e livre e a sua regulamentação tem por objetivo manter a ordem, a segurança e o bem estar dos transeuntes e da população em geral.

Art. 156 - É proibido embaraçar ou impedir qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças passaeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras ou quando exigências o determinarem.

Parágrafo Único - Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito, deverá ser colocada sinalizações vermelhas claramente visíveis ao dia e luminosa a noite, após o consentimento da Prefeitura.

Art. 157 - Compreende-se na proibição do artigo anterior o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção nas vias públicas em geral.

1 - Tratando-se de materais cuja descarga não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, será tolerado a descarga e permanência na via pública, com o mínimo prejuízo ao trânsito causados ao livre trânsito.

2 - Nos casos previstos no parágrafo anterior, os responsáveis pelos materiais depositados nas vias públicas deverão advertir os veículos, a distância conveniente dos prejuízos causados ao livre trânsito.

Art. 158 - É expressamente proibida nas ruas da cidade, vilas e povoados;

I - Conduzir animais ou veículos em disparada;

II - Conduzir animais bravios sem a necessária precauçõo;

III - Conduzir carros de bois;

IV - Atirar a via pública ou logradouro público corpos ou detritos que possa incomodar aos transeuntes.

Art. 159 - É expressamente proibido danificar ou retirar sinais colocados nas vias, estradas ou caminhos públicos, para advertência de perigo ou impedimento de trânsito.

Art. 160 - Assiste a prefeitura o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos a via pública.

Art. 161 - É proibido embaçar o trânsito ou molestar os pedestres por tais meios como:

I - Conduzir, pelos passeios volume de grande porte;

II - Conduzir, pelos passeios, veículos de qualquer espécie;

III - Patinar, a não ser nos logradouros a isso destinados;

IV - Amarrar animais em postes, árvores, grades ou portas;

V - Conduzir ou conservar animais sobre os passeios ou jardins.

Parágrafo Único - Executam-se ao disposto no item II, deste artigo, carrinhos de crianças ou de paralíticos, e em ruas de pequeno movimento, triciclos e bicicletas de uso infantil.

Art. 162 - Na infração de qualquer artigo do capítulo III seção IV, do trânsito público, quando não prevista pena no código nacional de trânsito, será imposta a multa de acordo com a tabela I do anexo I a esta lei.

SEÇÃO V

Da propaganda e publicidade

Art. 163 - A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos, bem como nos lugares de acesso comum, dependem de prévia licença da Prefeitura, sujeitando o contribuinte ao pagamento da taxa respectiva.

§ 1º - Incluem-se na obrigatoriedade deste artigo todos os cartazes, letreiros, programas quadros, painéis, emblemas, placas, avisos, anúncios e mostruários luminosos ou não, feitos por qualquer modo, a processo ou engenho, suspensos, distribuídos afixados ou pintados em paredes, muros, tapumes, veículos ou calçadas.

§ 2º - Incluem-se, ainda, na obrigatoriedade deste artigo os anuncios que, embora postos em terrenos ou próprios de domínio privado, forem visíveis dos lugares públicos.

Art. 164 - A propaganda falada em lugares públicos, por meio de ampliadores de voz, alto-falantes e propagandistas, assim como feitos por meio de cinema, ambulantes, será igualmente sujeita a prévia licença e ao pagamento da taxa respectivamente; conforme o código tributários municipais.

Art. 165 - O prazo de validade da licença será no máximo de 120 (cento e vinte) dias, conforme o caso e a critério da autoridade competente, que poderá renovar por igual prazo.

Art. 166 - Os prédios de licença para propaganda ou publicidade deverão especificar:

a) Indicação dos locais onde serão colocados ou distribuídos os cartazes ou anúncios;

b) Natureza do material, equipamentos tecnológicos ou sonoros;

c) Dimensões;

d) Texto e inscrições;

e) Prazo de permanência;

f) Finalidade;

g) A apresentação do responsável técnico, quando julgado necessário.

Art. 167 - Tratando-se de anúncios luminosos, os pedidos deverão ainda indicar o sistema de iluminação a ser dotado, e serão colocados a uma altura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) do passeio.

Art. 168 - Os panfletos e anúncios destinados a serem lançados ou distribuídos nas vias públicas ou logradouros, não poderão ter dimensões menores de dez centímetros (0,10cm) por quinze centímetros (0,15cm) nem maiores de trinta centímetros (0,30cm) por quarenta e cinco centímetros (0,45cm).

Art. 169 - Os anúncios e letreiros deverão ser conservados em boas condições, renovados ou consertados, sempre que tais providências sejam necessárias para o seu aspecto e segurança:

Parágrafo Único - Desde que não haja modificações de dizeres ou de localização, os consertos ou repartições de anúncios e letreiros dependerão de apenas comunicações escrita a prefeitura.

Art. 170 - Os anúncios encontrados sem que os responsáveis, tenham satisfeito as formalidades deste capítulo poderão ser apreendidos e retirados pela Prefeitura, até a satisfação daquelas formalidades, além do pagamento da multa prevista nesta lei.

Art. 171 - As propagandas ou publicidades não poderão obstruir a circulação destinada aos pedestres, iluminação, ventilação de compartimento de edificações vizinhas ou não, bem como a estética e beleza de obras de arte fechadas de prédios públicos, escolas, museus, igreja, teatros, ou de algum modo prejudicar os aspéctos paisagísticos da cidade, seus panoramas e monumentos.

Art. 172 - Ficam proibidas as propagandas e publicidades seja quais forem suas finalidades, formas ou composições nos seguintes casos:

a) Nas árvores, postes, bancos, toldos, estores, abrigos, jardineiras, estátuas, monumentos, caixas de correios, caixas de telefone, coleta de lixo, alarme de incêndio, hidrantes, pontes, viadutos, canais, túneis, sinais de trânsito, passarelas, e grades de proteção para pedestres;

b) Nos muros, colunas, andames e tapumes, quando se tratar de cartazes, impressos, pinturas e letreiros de qualquer natureza, exceto aqueles afixados em quadros próprios, desde que atendida as suas exigências legais;

c) Nos meios fios, passeios e leitos das vias;

d) Nas partes internas e externas de qualquer veículo de transporte coletivos e em taxis, pintados ou afixados;

e) No interior de cemitérios;

f) Quando prejudicarem a iluminação dos logradouros públicos sinalização de trânsito e a orientação dos pedestres;

g) Quando possuirem incorreção de linguagem ou façam uso de palavras em línguas estrangeiras, salva aquelas que, por insuficiência de nosso léxico, a ele hajam sido incorporados;

h) Quando, pela sua natureza, provoquem aglomeração prejudiciais ao trânsito e tráfego;

i)Seja ofensiva a moral, pessoas, crenças e instituições pelo número ou distribuição que prejudiquem o aspecto das fachadas.

Art. 173 - Os nomes, símbolos ou logotipos de estabelecimentos incorporados em fachadas, por meio de abertura ou gravadas nas paredes, em alto ou baixo relevo, integrantes de projetos aprovados, não serão considerados propaganda ou publicidade nos termos dessa Lei.

Art. 174 - Será facultada as casas de diversões, teatros, cinemas, e similares a colocação de programa de cartazes artísticos na sua parte externa, desde que colocados em local próprio e se retirem exclusivamente as diversões nelas explora das.

Art. 175 - Sobre as fachadas só será permitida a colocação de placas, tabuletes ou letreiros discretos e referentes ao negócio, profissão ou indústrias nas edificações, não sendo permitida a colocação de anúncios ou propagandas em qualquer parte dela.

§ 1º - Os letreiros, quando colocados sobre grades balcões ou saca-' das, só serão permitido quando formados por letras isoladas e bem espaçadas de modo que não prehudiquem a composição arquitetônica do edifício.

§ 2º - Nenhuma placa, tabuleta, ou letreiro poderá ocupar mais de 5% (cinco por cento) da área fachadas.

§ 3º - Os letreiros, quando colocados sobre fachadas não poderão ultrapassar os limites fixados pela mesma.

Art. 176 - Nos casos de propaganda ou publicidade colocados ou insta lados sobre imóveis edificados ou não, que requeiram estruturas de sustentação, serão exigidos projetos e cálculos das instalações e memorial descritivo do material a ser usado.

Art. 177 - As propagandas e anúncios luminosos, quando atendidas outras exigências, não poderão avançar de 1/3 (um terço) da largura dos logradouros públicos e deverá estar a uma mínima de 2,80m (dois metros e oitenta centímetros) do imóvel passeio.

Art. 178 - É proibido dentro do perímetro urbano do município a partir das 22:00hs de um dia às 06:00hs do dia seguinte, manter em funcionamento anúncios luminosos intermitentes, ou equipados com luzes ofuscante e colocados a menos de 40,00m de altura.

Art. 179 - Toda e qualquer propaganda ou publicidade deverá oferecer condições de segurança ao público, bem como observar as características e funções no projeto arquitetônico de construções pela prefeitura, de forma que não as prejudiquem.

Parágrafo Único - Quando localizados em imóveis não edificados, os painéis, "out-door", anúncios e similares deverão atender, além de outras exigências. as seguintes:

a) Manter os recuos de frentes de 3m;

b) Manter os recuos laterais de 2m;

c) Situar-se uma altura não superior a 5m e a uma altura não inferior a 2,20m, considerando a parte mais alta e mais baixa de anúncio, "out-door", painéis e similares em relação ao passeio de imóvel.

Art. 180 - Os anúncios encontrados sem que os responsáveis tenham satisfeito as formalidades do artigo 179 parágrafo Único poderão ser apreendidas e retiradas pela Prefeitura, até a satisfação daquelas formalidades, além do pagamento de multa prevista nesta lei.

Art. 181 - Cessadas as atividades do anunciante ou a finalidade da propaganda ou publicidade, estabelecida na licença da Prefeitura, deverá ser retirada pelo anunciante todo e qualquer material referente a propaganda ou publicidade no prazo de 10 (dez) dias da data do encerramento.

Parágrafo Único - O não cumprimento do disposto no "caput" deste artigo implicará na retirada de material por parte da Prefeitura , o qual só será devolvido ao proprietário após o pagamento das multas devidas como despesas acrescidas de 20% (vinte por cento).

Art. 182 - No caso de anúncios, propagandas, letreiros e publicidade' já existentes e em desacordo com esta lei, o órgão competente para o notificação necessária, determinando o prazo para retirada, reparação, limpeza ou regularização.

Parágrafo Único - Expirado o prazo estipulado na notificação, a prefeitura efetuará os serviços necessários cobrando dos responsáveis as despesas acrescidas de 20% (vinte por cento),sem prejuízos das multas aplicadas.

Art. 183 - Na infração de qualquer artigo do capítulo III, seção V da propaganda e publicidade, será imposta a multa conforme a tabela I a esta lei.

SEÇÃO VII

DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

Art. 184 - São considerados explosivos e inflamáveis:

I - O fósforo e materiais fosforados;

II - A gasolina e demais derivados de petróleo;

III - Os eteres, álcool, aguardente e os óleos em geral;

IV - Os carburetos, o alcatrão e as matérias betuminosas líquidas;

V - Toda e qualquer outra substância cujo o ponto de inflamabilidade seja coisa de cento e trinta graus centígrados;

VI - Os fogos de artifício;

VII - A nitroglicerina e seus compostos e derivados;

VIII - A pólvora e o algodão-pólvora;

IX - As espoletas e os estopins;

X - Os fulminatos, cloratos, formiatos e congêneres;

XI - Os cartuchos de guerra, caça e minas.

Art. 185 - É absolutamente proibido:

I - Fabricar explosivos de licença especial e em local não determinado pela Prefeitura, após a devida aprovação pela unidade militar controlada na região.

II - manter depósitos de substâncias inflamável ou de explosivos sem atender as exigencias legais, quanto a construção e segurança.

III - Depositar ou conservar nas vias públicas mesmo provisoriamente, inflaveis e explosivos.

IV - Aos varejistas é permitido conservar, em cômodo apropriado, em armazéns ou lojas, a quantidade fixada pela prefeitura, na respectiva licença de material inflamável ou explosivo que não ultrapassar a venda provável de vinte dias.

V - Os fogueteiros e exploradores de pedreiras poderão manter depósitos de explosivos correspondentes ao consumo de 30 dias, desde que os depósitos estejam localizados uma distância mínima de 250m da habitação próxima e a 150m, das estradas se a distância que se refere este parágrafo forem superiores a 500m, é permi-

tido o depósito de maior quantidade de explosivos.

Art. 186 - Os depósitos de explosivos e inflamáveis sé serão construídos em locais especialmente designados na zona urbana ou rural a disposição da Prefeitura.

§ 1º - Os depósitos serão dotados da instalação para combate ao fogo e extintores portátil, em quantidade a disposição conveniente.

§2 º - Todas as dependências e anexos do depósito de explosivos inflamáveis serão construídos de material incombustível, admitindo-se o emprego de outro material apenas nos caibros, ripas e escadarias.

Art. 187 - Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as precauções devidas.

§ 1º - Não poderão ser transportes simultaneamente, no mesmo veículo explosivos e inflamáveis.

§ 2º - Os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderão conduzir outras pessoas além do motorista e dos ajudantes.

Art. 188 - No interesse público, a Prefeitura localizará, em colaboração com as autoridades federais e estaduais, a fabricação, o comércio, o transporte e o emprego de inflamáveis e explosivos.

Art. 189 - É expressamente proibido:

I - Queimar fogos de artifícios, bombas, buscapés, morteiros e outros fogos perigosos, nos logradouros públicos ou em janelas portas que ditarem os mesmos logradouros;

II - Soltar balões em toda a extensão do município;

III - Fazer fogueiras, nos logradouros públicos sem prévia autorização da prefeitura;

Iv - Utilizar, sem justo motivo, armas de fogo dentro do perímetro urbana do município;

V - Fazer fogo ou armadilha com armas de fogo sem colocação sinal visível para advertência ao passante ou transeuntes.

§ 1º - A proibição de que tratam os itens I, II, III poderá ser suspensa mediante licença da prefeitura, em dias de regozijos públicos, ou festividades de caráter tradicional.

§ 2º - Os casos previstos no parágrafo 1º serão regulamentados pela Prefeitura, que poderá inclusive estabelecer, para cada caso, as exigências que julgar necessária ao interesse de segurança pública.

Art. 190 - A instalação de postos de estabelecimentos de veículos bombas de gasolina e depósitos de outros inflamáveis fica sujeita a licença especial da Prefeitura.

§ 1º - A Prefeitura poderá negar a licença se reconhecer a instalação do depósito ou da bomba irá prejudicar, de algum modo a segurança pública.

§ 2º - A Prefeitura poderá estabelecer, para cada caso exigências que julgar necessárias aos interesses da segurança.

Art. 191 - Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente, além da responsabilização civil ou criminal do infrator,' se for o caso.

Art. 192 - Na infração de qualquer artigo do capítulo III seção VI dos inflamáveis e explosivos, será imposta a multa conforme tabela I do anexo I a esta lei.

SEÇÃO VII

EXPLORAÇÃO DE PEDERIRAS, CASCALHEIRAS, OLARIAS E DEPÓSITOS DE MATERAIL EM GERAL

Art. 193 - A exploração de pedreiras, cascalheiras, olarias e depósitos de material em geral, depende de licença da Prefeitura, que a considera, observa os prefeitos deste código.

Art. 194 - A licença será processada mediante apresentação de requerimento assinado pelo proprietário do solo ou pelo explorador e instruído de acordo com este artigo.

§ 1º - Do requerimento deverão constar as seguintes condições:

a) Nome e residência do explorador, se este não for o proprietário;

b) Localização precisa da entrada do terreno.

§ 2º - O requerimento de licença deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Prova de propriedade do terreno;

II - Autorização para exploração, passada pelo proprietário em cartório, no caso de não ser ele o explorador;

III - Planta da situação, com indicação do relevo do solo por meio de curvas do nível, contendo a deliminação exata da área a ser explorada com a localização das respectivas instalações e indicando as construções, logradouros, os mananciais e cursos d'agua situados em toda faixa de largura de 100m em torno da área a ser explorada;

IV - Perfis do terreno em três vias;

V - Declaração do processo deexploração e qualidade do explosivo a ser empregado, se for o caso.

§ 3º - No caso de se tratar de exploração de pequeno porte poderão ser dispensados, a critério da Prefeitura, os documentos indicados na alíneas C e D do parágrafo anterior.

Art. 195 - As licenças para exploração serão sempre por prazo fixo.

Parágrafo Único - Será interditada a pedreira ou parte de pedreiras, embora licenciados e explorada de acordo com este código desde que posteriormente se verifique que a sua exploração acarreta perigo ou dano a vida a propriedade.

Art. 196 - Ao conceder as licenças, a prefeitura poderá fazer as restrições que julgar conveniente.

Art. 197 - Os pedidos de prorrogação da licença para continuação da exploração serão feitos por meio de requerimentos e instruídos com documentos de licença anteriormente concedida.

Art. 198 - O desmonte das pedreiras poder ser feito a frio ou a fogo.

Art. 199 - Não será permitida a exploração de pedreira na zona urbana.

Art. 200 - A exploração de pedreira a fogo fica sujeita as seguintes condições:

I - Declaração expressa da qualidade do explosivo a empregar.

II - Intervalo mínimo de trinta mumutos entre cada série de explosivo.

III - Içamento antes da exploração, de uma bandeira a altura convenien

te para ser vista a distância.

IV - Toque por três, com intervalos de dois minutos de uma sineta e o aviso em brado prolongamento dando sinal de fogo.

Art. 201 - A instalação de olarias nas zonas urbanas e suburbanas do município deve obedecer as seguintes prescrições:

I - As chaminés serão construídas de modo a não incomodar os moradores vizinhos pela fumaça ou emanações nocivas;

II - Quando as escavações facilitarem a formação de depósitos de água, o explorador será obrigado a fazer o devido escoamento ou aterrar as cavidades, a medida que for retirado o barro.

Art. 202 - A Prefeitura poderá, a qualquer tempo, determinar a execução de obras ao recinto da exploração de pedreiras ou cascalheiras, com o intuito de proteger propriedades particulares ou públicas ou evitar a obstrução de água.

Art. 203 - É proibido a extração de areia em todos os cursos d'água, do município:

I - A jusante do local em que recebem contribuição de esgotos;

II - Quando modifiquem o leito ou as margens dos mesmos;

III - Quando possibilitem a formação ou causem por qualquer forma a estagnação das águas;

IV - Quando de algum modo possam oferecer perigo as pontes, muralhas ou qualquer obras construídas nas margens ou sobre leitos dos rios.

Art. 204 - Na infração de qualquer artigo do capítulo III seção VII da exploração de pedreiras, cascalheiras, olarias e depósitos em geral, será imposta' a multa conforme tabela I do anexo I a esta lei.

SEÇÃO VIII

DOS MUROS E CERCAS

Art. 205 - Os proprietários ou arrendatários de terrenos são obrigados a murá-los nos prazos fixados pela prefeitura e serão comuns os muros e cercas divisórias, entre propriedades urbanas e rurais, devendo os proprietários dos imóveis confinantes concorrer em partes iguais para despesas de sua construção e conser

vação, na forma do Art. 588 do Código Civil.

Parágrafo Único - Correção das cotas exclusivas dos proprietários ou possuidores, a construção e conservação das cercas para conter aves domésticas, cabritos, carneiros, porcos e outros animais que exijam cercas especiais.

Art. 206 - Os terrenos de zona urbana serão fechados com muros rebocados e caiados ou com grades de ferro ou madeiras assentos sobre alvenaria, devendo qualquer caso ter uma altura mínima de 1,50m.

Art. 207 - Os proprietários ou arrendatários de terrenos situado em ruas dotadas de meio-fio são obrigados a murá-los ou cercá-los dentro dos prazos fixados pela prefeitura, os terrenos rústicos serão aramados.

Art. 208 - Os terrenos rurais, salvo acordo expresso entre os proprietários, serão fechados com:

I - Cercas de arames farpados comtrês fios, no mínimo, 1,40m, de altura.

II - Cercas vivas de espécies vegetais adequadas e resistentes;

III - Telas de fios metálicos com altura mínima de 1,50m.

Art. 209 - Será aplicada multa correspondente a 50% (cinquenta por cento) da unidade fiscal do município a todo aquele que:

I - Fizer cercas e muros em desacordo com as normas fixadas neste capítulo;

II - Danificar. por qualquer meio, cercas existentes sem prejuízo de responsabilidade civil ou criminal que no caso couber.

Art. 210 - Na infração de qualquer artigo do capítulo III seção VIII dos muros e cercas, será imposta a multa conforme a tabela I do anexo I a esta lei.

SEÇÃO IX

DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS

Art. 211 - É proibido a permanência de animais nas vias públicas.

Art. 212 - Os animais encontrados nas ruas, praças, estradas ou caminhos públicos, serão recolhidos ao depósito da municipalidade.

Art. 213 - O animal recolhido em virtude do disposto neste capítulo,

será retirado no prazo de 7 (sete) dias no máximo mediante pagamento da multa e da taxa de manutenção estabelecida em decreto de preço público.

Parágrafo Único - Não sendo retirado o animal nesse prazo deverá a Prefeitura efetuar a sua venda em hasta pública precedida da necessária publicação.

Art. 214 - É proibida a criação ou engorda de suíno ou vaca no perímetro urbano da sede do município.

Parágrafo Único - Aos proprietários de cercas ou estábulos existentes na sede municipal, fica marcando o prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de publicação deste código, para a remoção dosanimais.

Art. 215 - Para registro dos cães, e obrigatório a apresentação de vacinação anti-rábica que poderá ser feita as expensas da prefeitura.

Art. 216 - Os cães que foram encontrados nas vias públicas da cidade e vilas serão apreendidos e recolhidos ao depósito da Prefeitura.

Art. 217 - O cão registrado poderá andar na via pública, desde que em companhia do seu dono, respondendo pelas perdas e danos que o animal causar a terceiros.

Art. 218 - Não será permitida a passagem ou estacionamento de tropas ou rebanhos na cidade em logradouros para isso designados.

Art. 219 - Ficam proibidos os espetáculos de feras e exibição de cobras e quaisquer animais perigosos sem a necessária precaução para garantir a segurança dos espectadores.

Art. 220 - Através de decreto o executivo definirá os espaços próprios municipais para guardas dos animais até construir os abrigos necessários ao cumprimento da lei.

Art. 221 - É expressamente proibido:

I - Criar abelhas nos locais de maior concentração urbana;

II - Criar galinhas nos porões e no interior das habitações;

III - Criar pombos nos forros das casas de residências.

Art. 222 - É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar os animais ou praticar de crueldade contra os mesmos, tais como:

I - Transportar nos veículos de tração animal, carga ou passageiros de superior as suas forças;

II - Carregar animais com peso superior a 150Kg;

IV - Fazer trabalhar animais doentes, feridos, extenuados;

V - Obrigar a qualquer animal a trabalhar mais de 8h contínuas sem descanso a mais de 6h, sem água e alimentação apropriada;

VI - Martirizar animais para deles alcançar reforços excessivos;

VII - Castigar de qualquer modo o animal caído, com ou sem veículo, fazendo-o levantar a custa de castigo e sofrimento;

VIII - Castigar com rancor e excesso qualquer animal;

IX - Conduzir animais com a cabeça baixa, suspensos pelos pés ou asas, ou em qualquer posição que lhes possa ocasionar sofrimentos;

X - Transporta animais amarrados a traseira de veículos ou atados um ao outro pela cauda ;

XI - Abandonar em qualquer ponto, animais doentes, extenuados enfra-' quecidos ou feridos;

XII - Amontar animais em depósitos insuficientes ou sem água, ar, luz e alimentação;

XIII - Usar de instrumentos diferentes do chicote leve, para estímulo e correção dos animais;

XIV - Empregar arreios que possam constranger, ferir ou magoar o animal;

XV - Usar arreios sobre partes feridas, contusões ou chagas do animal;

XVI - Praticar todo e qualquer ato, mesmo não especificado neste código, que acarretar violência e sofrimento para o animal.

Art. 223 - Não é permitido, se não a distância de 800m (OITOCENTOS METROS) das ruas e logradouros públicos, de acordo com a lei de zona urbana a instalação de instrumentos ou depósitos em grades quantidades, de estrume animal não beneficiado.

Art. 224 - A manutenção de estábulos, cocheiras, galinheiros e estabelecimentos congêneres dependem de licença e fiscalização da prefeitura, observadas' as exigências sanitárias.

Art. 225 - Na infração de qualquer artigo do capítulo III seção IX das medidas referentes aos animais, será imposta a multa conforme a tabela I a esta ' Lei.

SEÇÃO X

DA EXTINÇÃO DE INSETOS NOCIVOS

Art. 226 - Todo proprietário de terreno, cultivado ou não, dentro dos limites do município, é obrigado a extinguir os formigueiros existentes dentro a sua propriedade.

Art. 227 - Verificada, pelos fiscais da Prefeitura a existência de formigueiros, será feita intimação aos proprietário do terreno, onde o mesmo estiver localizado, marcando-se prazo de 20 (vinte) dias para as proceder ao seu extermínio.

Art. 228 - Sendo prazo fixado, não for extinto o formigueiro, a Prefeitura, incumbir-se de fazê-lo, cobrando do proprietário as despesas que efetuar, acrescidas de 20% pelo trabalho de administração, além da multa correspondente.

Art. 229 - Na infração de qualquer artigo do capítulo III seção X da extinção de insetos nocivos, será imposta a multa conforme a tabela - anexo I a esta lei.

SEÇÃO XI

DOS LOCAIS DE CULTO

Art. 230 - As igrejas, os tempos e as casas de culto são locais e havidos por sagrados, por isso, devem ser respeitados sendo proibidos a fixar suas paredes e muros, ou neles colocar cartazes.

Art. 231 - Nas igrejas, templos ou casas de culto, os locais frequentados ao público deverão ser conservados limpos, iluminados e arejados.

Art. 232 - Na infração de qualquer artigo do capítulo III seção XI dos locais de culto, será imposta a multa conforme a tabela I do anexo a esta lei.

CAPÍTULO IV

SEÇÃO I

LOCALIZAÇÃO E LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO DA INDÚSTRIA E PREST. DE SERVIÇOS.

Art. 233 - Os estabelecimentos comerciais, industriais prestadores de serviços e entidades associativas só poderão instalar-se ou iniciar suas atividades com prévio alvará de localização e funcionamento, expedido pela Secretaria de Urbanismo e Obras Públicas, concedidas a requerimento dos interessados e mediante pagamento dos tributos devidos.

§ 1º - O alvará que trata o capítulo deste artigo terá sua validade para o exercício do ano em que foi expedido, obedecendo aos critérios estipulados na legislação tributária do município.

Art. 234 - Dentro do perímetro urbano ou da área deexpansão da cidade, só será permitida a instalação de atividades industriais ou comerciais depois de verificados que não prejudiquem, por qualquer motivo, à saúde pública e os recursos naturais utilizados pela população.

§ 1º - O presente artigo inclusive, a instalação estrumeiras ou depósitos em grande quantidade de estrume animal, os quais só serão, permitido quando afetarem a salubridade da área.

§ 2º - Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado colocará o alvará de localização em lugar visível e exibirá a autoridade competente sempre que está o exigir.

Art. 235 - Para ser concedida a licença de funcionamento pela Prefeitura, o prédio e as instalações de todo e qualquer estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviços deverão ser previamente vistoriados pelos órgãos competentes, em particular no que diz respeito as condições de higiene e segurança, qualquer que seja o ramo de atividades a que se destinem.

§ 1º-A licença paea funcionamento de açougues, padarias, confeitaria, leitarias, cafés, bares, restaurantes, hotéis, pensões e outros estabelecimentos congêneres será sempre concedida de exame no local e de aprovação da autoridade sanitária competente.

§ 2º - O alvará de licença será concedido após informações, pelos órgãos competentes da Prefeitura, de que o estabelecimento atende as exigências estabelecidas neste código.

Art. 236 - As autoridades municipais assegurarão, por todos os meios

a seu alcance, que não seja concedida licença a estabecimentos industriais, que pela natureza dos produtos, pelas matérias-primas utilizadas, por combustíveis, empregados, ou por qualquer motivo que possam prejudicar a saúde pública.

Parágrafo Único - A renovação de alvará para os estabelecimentos mencionados neste artigo, somente será concedida pela secretaria de urbanismo e obras públicas, se satisfeitas as exigências contidas nesta lei e demais disposições legais pertinentes.

Art. 237 - A instalação, localização e funcionamento dos diversos estabelecimentos, deverão atender as exigências da legislação de uso e ocupação do solo e do Código de Saúde do Município, sem prejuízo do dispostos na Legislação Federal e Estadual vigente.

Art. 238 - O requerimento para concessão do alvará de localização e financiamento deverá será instruído com:

I - Nome do estabelecimento e sua razão social;

II - Tipo de atividade;

III - Área de ocupação e funcionamento de atividade;

IV - Croquis da edificação, com as respectivas cotas e áreas do compartimento;

V - Localização;

VI - Nome do proprietário, arrendatário ou locatário;

VII - Indicação dos produtos ou mercadorias usadas na fabricação, estocagem ou comercialização;

VIII - Discriminação dos equipamento elétricos ou mecânicos existentes e, quando se tratar de indústria um memorial do tipo de equipamento e processo de industrialização ou fabricação de produtos;

IX - Comprovantes de quitação de imposto predial ou territorial urbano.

Art. 239 - Concedido o alvará de localização e funcionamento, o proprietário, arrendatário ou locatório do estabelecimento fixará em local visível e de fácil acesso, ou exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir.

Art. 240 - Quando ocorrer mudança de estabelecimento, mudança de atividade principal ou modificação de área de ocupação e funcionamento de atividade, faz

[illegible] a Prefeitura, que verificará, antes da expedição se a localização e o funcionamento satisfazem as exigências da legislação vigente.

Art. 241 - Qualquer licença de localização e funcionamento será sempre precedida de vistoria do local pelo órgão de competência da Prefeitura.

Parágrafo ùnico - A concessão de licença de localização e funcionamento para as indústrias, hospitais, clínicas, escolas, supermercados, depósitos, mercearias, açougues, padarias, confeitarias, cafés, bares, restaurantes, hotéis e outros estabelecimentos congêneres, dependerá de licença prévia da autoridade sanitária competente.

Art. 242 - O alvará de localização e funcionamento poderá ser cassado:

I - Quando se tratar de negócio diferente daquele requerido;

II - Como medida preventiva, a bem da higiene, da moral ou do sossego e da segurança pública;

III - Se o licenciamento se negar a exibir o alvará de localização a autoridade competente, quando solicitado a fazê-lo;

IV - Por solicitação da autoridade competente, provados os motivos que fundamentarem a solicitação.

Parágrafo Único - Cassada a licença, o estabelecimento será automaticamente fechado, e se for necessário, poderá usar a colaboração policial para sua efetivação.

Art. 243 - Poderá ser igualmente fechado aquele estabelecimento, que exercer atividade clandestina, sem o competente alvará de localização e funcionamento, e os sem desacordos com a legislação de uso de ocupação do solo e código de saúde e com as exigências da legislação federal e estadual.

Art. 244 - Na infração de qualquer artigo do capítulo IV seção I-da localização e licença para funcionamento do comércio da indústria e prestação de serviços, será imposta a multa conforme a tabela I do anexo I a esta lei.

SEÇÃO II

Da localização e licença do comércio ambulante e feira livres

Art. 245 - O exercício do comércio ambulante caracterizado através da comercilização ou exposição de produtos como cigarros, livros, bombons, sorvetes, sanduíches, pipocas, e outros produtos congêneres bem como a venda de carnet de sorteio, loterias e ingressos, depende de licença prévia, a título precário, a ser concedida, de acordo com as normas vigentes, pelo órgão municipal competente.

§ 1º - A licença para o exercício ambulante, não poderá ser concedida por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser revovado, a juízo do órgão competente da Prefeitura.

§ 2º - Para o exercício do comércio ambulante, ovendedor deverá ser portador de carteira de saúde devidamente atualizada.

Art. 246 - A localização do comércio ambulante, que trata o artigo anterior, será determinado pela Prefeitura, sem prejuízo do tráfego, trânsito, circulação e segurança dos pedestres e conservação e preservação paisagística dos logradouros públicos.

Art. 247 - A solicitação para comercialização ou exposição de produtos nos termos do artigo 246 deverá especificar:

I - Nome do vendedor ou expositor com denominação sob cuja responsabilidade funciona o comércio ambulante;

II - Local ou locais de comercilização ou exposição;

III - Local da residência ou comerciante;

IV - Período e horário;

V - Natureza e tipos dos produtos;

VI - Número de inscrição.

Art. 248 - O vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade ficará sujeito a apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

Art. 249 - É proibido ao vendedor ambulante, sob pena de multa:

I - Estacionar nas vias públicas e outros logradouros, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura;

II - Impedir oi dificultar o trânsito nas vias públicas ou outros logradouros;

III - Transitar pelos passeios conduzindo cestos ou outros volumes gran

des.

Art. 250 - Não será permitido ao vendedor ou expositor estacionar ou localizar-se nas imediações de instituições religiosas, hospitais militares, bancárias e repartições públicas.

Art. 251 - As feiras livres serão sempre de caráter transitório e de venda exclusivamente a varejo e destina-se ao estabelecimento supletivo ou gênero alimentícios e artigos de primeira necessidade.

Art. 252 - São obrigações comuns a todos os que exercem atividades nas feiras:

I - Usar de urbanidade e respeito para com o público em geral, bem como acatar as ordens emanadas da autoridade competente;

II - Possuir, em suas barracas, balanças, pesos e medidas devidamente aferidos, sem vício ou alteração com que possa lesar o consumidor;

III - Não jogar lixo via público ou nas imediações de sua banca;

IV - Manter em sua banca um recipiente de lixo;

V - Não pregoar as mercadorias com algazarras bem como usar dizeres ofensivos ao decoro público;

VI - Manter a banca em perfeita condições de asseio ou higiene;

VII - Não ocupar com suas barracas locais diferentes concebidos dentro de seu grupo de feira;

VIII - Não colocar seus gêneros alimentícios em contato direto com o solo;

IX - Apresentar-se devidamente uniformizado;

X - Portar os seguintes documentos durante o exercício de sua atividade;

XI - Cartão de identificação de feirante fornecido pelo órgão municipal competente;

XII - Comprovante de sanidade expedido pelo órgão.

Art. 253 - As feiras livres destinam-se a promoção da venda, exclusivamente a varejo, de gêneros alimentícios e artigos de primeira necessidade por preço acessíveis, restrigindo-se a situação de intermadiários aquelas matriculados, e devidamente licenciados.

ART.-254- As feiras livres serao criadas, transferidas, modificadas ou extintas pelo Prefeito Municipal, que baixará atos normativos referentes a locais, dias de funcionamento, medidas de higiene, lotação com obrigatoriedade de uso de veículos especiais, frigomóveis ou não, meios de transportes, padrões métricos e visuais de tabuleiros, barracas e de mais pertences e outras especificações inerentes;

ART-255- O comércio nas feiras livres ficará sujeito a uma tabela de preço. Para cada elaboração da tabela levar-se-aõ em conta os preços correntes no mercado e no comércio atacadista.

Parágrafo Único- A tabela de preços terá aplicação sobre todos os gêneros, alimentícios, artigos de primeira necessidade e demais artigos comercializados, na conformidade do pertinente ato normativo que venha a ser baixado.

ART 256- As feiras livres serão localizadas em logradouros público, designados em atos normativos baixados pelo Prefeito, que deverão atender o interesse público e atos imperativos de tráfego na região.

ART 257- Os produtos comercializados em feiras livres serão acondicionados ressalvados os invólocros originais de produção, nos seguintes tipos de embalagem:

a) saco plástico incolor, transparente;
b) saco de papel ;
c) rede de plástico;
d) rede de linha;
e) folha de plástico incolor, transparente;
f) folha de papel impermeável;
g) papel branco.

§ 1º- No comércio de frutas e legumes, o feirante apresentará, para escolha do consumidor, no mínimo dois tipos distintos de embalagem, entre os definidos na alíneas "A" , "B","C" e "D" deste artigo.

§ 2º- Para o comércio de produtos refrigerados ou resfriados, os feirantes utilizarão, obrigatoriamente, um dos tipos de embalagem definido na alínea "A", "E", ou "F" deste artigo ,para acondicinamento direto da mercadoria, utilizada para

ART. 258- Sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, a matrícula dos feirantes será cassada quando constatada qualquer das seguintes infrações:

A) Venda de mercadorias deteriradas, falsificadas, adulteradas ou condenadas pela saúde pública;

B) Sonegação de mercadoria;

C) Majoração indevida de preços;

D) Fraudes, nas passagens, medidas ou balanças;

E) Fornecimento de mercadorias a vendedores clandestinos;

F) Desacato aos agentes de fiscalização;

G) Permissão do exercício de atividade a pessoasa não devidamente credenciadas;

H) Atitude atentatória à moral e aos bons costumes;

I) Reicidências em infrações punidas com pena de suspensão de permissão.

§ 1º- As matrículas cassadas importarão a cassação das correspondentes permissões, enão serão reestabelecidas.

§ 2º- A falta cometida por empregado ou axiliar credenciado não se comunicará a pessoa de feirantes quando este presente na feira livre, ou dela ausente por motivo justificado, comprovar a dispensa do inferior.

ART 259 - A pena de cassação, a critério da autoridade competente, poderá ser transformada em pena de suspensão das permissões do feirante infrator por prazo de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos.

ART.260- A colocação de barracas, mesas, tabuleiros, balcões ou pequenos veículos nas feiras livres será segundo critério de prioridade dos produtos comercializados, realizando-se, quando possível, o agrupamentos dos feirantes por classes similares de mercadorias, na conformidade do ato normativo pertinente que venha a ser baixado.

ART. 261- Dentro de toda feira livre serão respeitados os postos de localização de cada feirante.

Parágrafo Único - É vedado ao feirante permutar ou substituir seu posto de lo

prévia e expressa autorização da autoridade credenciada para fiscalizar as feiras livres.

Art. 262 - Os serviços de transportes, montagem e descontagem de tabuleiros, barracas e mercadorias as feiras livres são de exclusiva responsabilidade dos feirantes.

Parágrafo Único - Depois de descarregados, os veículos ou animais de transportes deverão ser imediatamente retirados para local onde não interrompam ou pertubem o trânsito.

Art. 263 - As feiras livres obedecerão aos seguintes horários:

A) A descarga e montagem dos tabuleiros e barracas e a armação das mercadorias terão inicio a partir das 05:00 hs.

B) O atendimento ao público terá início às 06:00hs e o encerramento às 13:00hs.

C) O recolhimento das mercadorias remanescentes terá início a partir das 14:00 hs e deverá estar concluído em tempo máximo de noventa minutos.

D) A desmontagem dos tabuleiros e barracas e o seu carregamento nos veículos importadores serão procedidos atpe às 18:00 hs, horário a partir do qual a área deverá estar liberada para limpeza que será executada pela Prefeitura.

§ 1º - Todos os produtos destinados a comercialização de deverão ser franqueados ao exame da autoridade fiscalizadora da feira livre com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos em relação ao horário de abertura dos trabalhos de atendimento ao público.

§ 2º - Independentimente das demais comunicações previstas serão apreendidas as mercadorias que permanecerem nos tabuleiros após o prazo estabelecido na alínea "C" deste artigo, bem como as mercadorias, tabuleiros, barracas, e demais pertences que permannecerem, ainda que desmotivados, na via pública após o horário estabelecido na alínea "D".

Art. 264 - As mercadorias, veículos e tudo o mais que, em virtude de infração, for apreendido nas feiras livres, serão removidos ao depósito da Prefeitura.

§ 1º - As mercadorias perecíveis, se não reclamadas pelo feirante em 24 (vinte quatro) horas, mediante pagamento de multas correspondente a infração

instituições de caridade.

§ 2º - As mercadorias não perecíveis e demais bens, nas condições - deste artigo, serão restituídos aos feirantes mediantes comprovação de propriedade e depósito até o prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 3º - Os bens e mercadorias não reclamados ao prazo máximo estabelecido no parágrafo anterior terão a destinação que melhor convier a administração.

Art. 265 - A matrícula do feirante faz-se-a mediante requerimento - subscrito pelo o interessado, que informará sua qualificação completa e indicará as artigos com que tenciona exercer o comércio.

Parágrafo Único - O requerimento de que fala o artigo será instruído com:

A) Carteira de identidade ou outro documento hábil;

B) Atestado de boa conduta;

C) Carteira de saúde e atestado de capacidade física e sanidade -- mental.

Art. 266 - A matrícula do feirante e pessoal e intransferível, - salvo por morte do titular, por sua aposentaduria, por seu acometimento a doença in - fectocontagiosa ou pela suoervenniência de incapacidade, casos em que poderão suceder ao mesmos registrados, que o tenha servido interruptamente por prazo mínimo de 6(seis) anos.

§ 1º - No caso de morte do titular, o interessado requererá a transferência da matrícula e permissões correspondentes dentro do prazo mínimo de 120 (cento e vinte dias, contados a partir da data do óbito, do qual produzirá prova hábil.

§ 2º - No caso de aposentadoria, o interessado requererá com anuência do titular, a transferência da matrícula e das permissões vinculadas dentro do - prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da concessões do benefício.

§ 3º - No caso de doença infecto-contagiosa ou superveniência de incapacidade física ou insanidade mental irreversíveis, o interessado requererá a transferência de matrícula e das permissões vinculadas, com a anuência do titular - quando possível ou de seu curador, dentro do prazo de 180 (dias), contados do laudo - médico fornecido pelo instituto nacional da previdência social ou de outro órgão previdenciário competente.

§ 4º - Os interessados, nas hipóteses deste artigo, provarão a ordem de avocação e quando for o caso, inexistência de interessados preferentes ou a renúncia dos mesmos a seu direitos.

Art. 267 - As matrículas e permissões vinculadas serão canceladas, - se não houver manifestações de interessados nos casos do artigo precedente.

Art. 268 - A permissão para o comércio nas feiras livres será concedida por promoção do interessado, através de requerimento no qual o mesmo declare - quais os produtos e mercadoria com que exerce o comércio, bem como o local e dia da semana em que pretende a lotação.

Art. 269 - As matrículas e permissões para exercício de atividades - nas feiras livres serão concedidas sempre a título precário e em números limitados, - conforme ato normativo pertinente, podendo ser canceladas a critério exclusivo do órgão municipal competente.

Art. 270 - Cada feirante poderá ter uma matrícula que lhe ensejerá acumular permissões em número máximo de 6 (seis), todas elas correspondentes a um único gênero de comércio, e cada uma associada a certo dia da semana e a determinada feira livre.

Art. 271 - O feirante que tiver permissão cancelada, assim declarada em decisão de autoridade competente, por descumprimento de obrigações regulamentares, - não terá reestabelecida em qualquer hipótese.

Parágrafo Único - No caso do artigo anterior, o cancelamento da totalidade de permissões de um feirante importará a cassação automática de sua matrícula.

Art. 272 - A Prefeitura Municipal, a seu critério verificando a existência de vaga, podrá, sob requirimento do feirante quer motivado por restrições - resultantes da aplicação de disposição legal, quer por interesse próprio conceder a transferência da lotação do mesmo de uma feira livre, se refere a determinada permissã para outra.

Parágrafo Único - Sob promoção conjunta de feirantes interessados - cujocomércio se desenvolva com artigos da mesma natureza, poderá a Prefeitura autori - zar entre a permuta das respectivas lotações.

Art. 273 - Os pedidos de transferências em decorrência de despositivos legais, salvo expressa determinação em contrário, assume caráter prioritário se

Art. 274 - Os pedidos espontaneos de transferências ou de permuta de lotação especificada em cada permissão exercida somente uma única vez por ano, cabendo ser protocolados apenas no curso do mês de janeiro.

Parágrafo Único - As transferências e permutas deferidas, no caso - deste artigo, vigorarão a partir do primeiro dia útil do segundo semestre do calendário civil.

Art. 275 - Os feirantes exercerão pessoalmente suas atividades nas - feiras livres, sendo permitido aqueles da categoria produtor fazerem-se nelas representar por pessoa capaz, para esse fim expressamente constituídas e assim indicada - na respectiva permissão.

Parágrafo Único - A frequência do feirante pessoa jurítica as feiras livres serão atendidas por quem exerça a sua prepresentaçãolegal.

Art. 276 - É permitido o afastamento temporário do feirante que poderá fazer-se representar por pessoa capaz, expressamente constituída e assim indicada na respectiva permissão mediante prévio comunicado ao órgão competente nas seguintes condições:

A) Anulamento, pelo período de 30 (trinta) dias a título de férias;

B) Em cada dois anos, pelo prazo de 90 (noventa) para o trato de - interesse pessoal;

C) Por motivo de gravidez, devidamnete comprovada por atestado médico, pelo perído de 12 (doze) semanas, prorrogável a critério médico;

D) Por motivo de doença, devidamnete comprovada por atestado firmado por médico nos prazos fixados na legislação presidenciária nacional até a concessão da aposentadoria.

Art. 277 - É permitido o afastamento especial por incapacidade física ou insanidade mental comprovada por órgão competente da prefeitura, ao feirante que não tenha condições de aposentadoria, pelo prazo necessário, a abstenção desse - benefício junto a previdência social.

Art. 278 - Todos os produtos expostos a venda nas feiras livres serão submetidas a exame , competindo aos fiscais mandar retirar imediatamnete aqueles- que não estiverem em condições de serem dados ao consumo público.

Art. 279 - Aos fiscais compete a lavratura de autos infrações cometidas nas feiras livres e a expedições de respectiva notificação ao infrator.

Parágrafo único - Diariamente, o fiscal fornecerá relatorio de ocorrência a repartição competente da Prefeitura, que as registrará nas fichas pessoais dos feirantes mencionados.

Art. 280 - Os feirantes pagarão por sua matrícula como tais, pela expedições de consequentes permissões para o uso de área de domínio público e pela respectiva revalidação anual correspondentes taxas, definidasa no C.T.M. (Código Tributário Municipal).

Parágrafo Único - O não pagamento de taxa de revalidação de permissão nas épocas aprazadas importará a suspensão automática, o que levantado a qualquer tempo mediante, o pagamnto devido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o qual a suspensão será convertida em cancelamento.

Art. 281 - Incube a Secretária Municipal o exercício da fiscalização das feiras livres, através de seus servidores especialmente designados a esse fim os quais permanecerão nas mesmas durante todo o tempo de seu funcioanmento observado e fazendo observar, rigorosamente as disposições regulamentares.

Parágrafo Único - Os ficais de serviços trarão consigo obrigatoriamente, pesos aferidos para referência das balanças em feiras livres.

Art. 282 - Na infração de qualquer artigo do capítulo IV seção II da localização e licença do comércio ambulante e feiras livres, será imposta a multa conforme a tabela I do anexo I a esta lei.

SEÇÃO III

Do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais, e prestadores de serviços.

Art. 283 - A abertura e o fechamento dos estabelecimentos industriais e comerciais no município obdecerá aos seguintes horários, observados os preceitos da legislação federal que regula o contrato de duração e as condições de trabalho.

§ 1º - Para indústria de modo geral;

A) Abertura fechamento entre 6a 20 horas nos dias úteis;

B) Nos domingos e feriados nacionais os estabelecimetos permanecerão fechados, bem como nos feriados locais, decretados pela autoridade competente.

§ 2º - Será permitido o trabalho em horário especiais inclusive aos domingos, feriados nacionais ou locais, excluindo o expediente de escritório nos

cínios, frios industriais, purificação e distribuição de água, produção e distribui - ção de énergia elétrica, serviço telefônico, produção e destribuição de gás, serviços de esgoto serviços de transporte coletivo ou outras atividades que a juízo da autoridade municipal competente, seja estendida tal prorrogativa.

§ 3º - Para o comércio de modo geral.

A) Abertura às 08:00 hs e fechamento às 18:00.

B) Nos dias previstos no item I letra "B", os estabelecimetos permanecerão fechados.

Parágrafo 4º - O Prefeito municipal poderá, mediante solicitação das classes interessadas, prorrogar o horário dos estabelecimentos comerciais.

Art. 284 - Por motivo de conveniência pública, poderão funcionar em horário espediais os seguintes estabelecimentos:

I - Varegistas de fruatas, legumes, verduras e ovos;

II - Varegista de peixes;

III - Açougues, varegistas de carnes frescas;

IV - Padarias;

V - Farmácias

VI - Restaurantes, bares, botequins, cafés, confeitarias e sorveteria.

VII - Bilhares;

VIII - Agências de aluguel de bicicletas e similares;

IX - Bancas de cigarros, livros e jornais;

X - Distribuidores e vendedores de jornais;

XI - Estabelecimento de diverssões noturnos;

XII - Casas de loterias;

XIII - Postos de gasolina;

XIV - Empresas funerárias;

XV - Feiras de artesanato, exposições.

§ 1º - As farmácias, quando fechadas, poderão em caso de urgência, atender ao público a qualquer hora do dia ou da noite.

§ 2º - Quando fechadas, as farmácias deverão afixar a porta uma placa com a indicação dos estabelecimentos análogos que estiverem de plantão.

§ 3º - Para funcionamento dos estabelecimentos de mais de um ramo de comércio será observado o horário determinado para a espécie principal, tendo em vista

o estoque e a receita principal do estabelecimento.

§ 4º - Postos de gasolina e empresas funerárias poderão funcionar a qualquer hora salvo determinação superior em contrário.

Art. 285 - Infrações resultantes do não cumprimento das disposições deste capítulo serão punidas com multa conforme a tabela I do anexo I a esta Lei.

SEÇÃO IV

Da aferição de pesos e medidas

Art. 286 - os estabelecimentos comerciais e industriais seão obrigados, antes do início de suas atividades, a submeter a aferição os aparelhos ou instrumentos de maior a serem utilizados em suas transações comerciais, de acordo com as normas estabelecidas pelo instituto de peso e medidas.

§ 1º - As pessoas físicas ou estabelecimentos que façam compras ou vendas de mercadorias serão obrigadas a se submeter anualmente a exame de verificação dos aparelhos e instrumentos de medidas por eles utilizados nos próprios estabelecimentos após o recolhimento dos cofres municipais da taxa devida.

§ 2º - Os aparelhos e instrumentos usados por ambulante submeter-se-ão a aferição em locais determinados pela Prefeitura.

§ 3º - Aferição consta de determinado uso dos pesos e medidas padrões.

SEÇÃO V

Da poluição do meio ambiente e proteção ambiental

Art. 287 - Para os efeitos desta lei, considera-se poluição do meio ambiente a presença, o lançamento ou a liberação no ar, nas águas e no solo, de toda e qualquer forma de matéria ou energia com intensidade, em quantidade de concentração ou com características capazes de tornarem a virem a tornar as águas, o ar e o solo:

I - Impróprios, nocivos ou ofensivos a saúde;

II - Inconvinientes ao bem-estar público;

III - Danosos aos materiais, a fauna e a flora;

IV - Prejudiciais a segurança, ou uso de gozo da propriedade e as atividades normais das comunidades.

Art. 288 - Fica proíbido,no município, o lançamento ou liberação

Parágrafo Único - Considera-se poluentes toda e qualquer forma de - matéria ou energia que, direta ou indiretamente, prejudiquem o meio ambiente, na forma do artigo anterior.

Art. 289 - É dever da Prefeitura articular-se com os órgãos competentes de estado e da união para fiscalizar ou proibir no município as atividades - que direta ou indiretamente:

I - Criem ou possa criar condições nocivas ou ofensivas a saúde, segurança e ao bem-estar público:

II - Prejudiquem a fauna e a flora;

III - Disseminem resídios como óleo, graxa e lixo;

IV - Prejudiquem a utilização dos recusos naturais para fins domésticos, agropecuários, de psicultura, recreativo e para outros objetivos reclamados - pela comunidade.

§ 1º - Inclui-se no conceito de meio ambiente, a água superficial ou subsolo, o solo de propriedade pública, privada ou do uso comum, atmosfera, a vegetação;

§ 2º - O Município poderá celebrar convênios com órgãos públicos - federais e estaduais para execução de projetos estabelecidos para a sua proteção.

§ 3º - As autoridades incumbidas da fiscalização ou inspecção, para fins de controle e de puluição ambiental, terão livre acesso, a qualquer dia e hora, as instalações industriais, comerciais, agropecuárias ou outras particulares - ou públicas capazes de causar danos ao meio ambiente.

Art. 290 - Na constatação de fator caracterizam falta de proteção- ao meio ambiente serão aplicadas, além das multas previstas nesta lei, a interdição- das atividades observada a legislação federal a respeito.

Art. 291 - A Prefeitura colabora com o estado e a união para evitar a devastação das florestas e estimular a plantação de árvores.

Art. 292 - Para evitar a propagação de incêndio observa-se-ão, nas queimadas, as medidas previstas necessárias como:

I - Preparar aceiros de, no mínimo 7m de largura;

II - Mandar aviso aos confinantes com antecedência mínima de 12 - (doze) horas, marcando dia, hora e lugar para lançamento do fogo.

Art. 293 - A ninguém será permitido atiçar fogo em matas, capoeira, lavouras ou campos circunsvizinhos.

Art. 294 - A derrubada de matas depende da licença da Prefeitura.

§ 1º - A Prefeitura só concederá a licença quando o terreno se destinar a construção o plantio pelo proprietário.

§ 2º - A licença será negativa se a mata for considerada de utilidade pública necessária a conservação do meio ambiente.

Art. 295 - Fica proibida a formação de pastagem na zona urbana do município.

Art. 296 - O município deverá atuar no sentido de assegurar todos os cidadãos o direito ao meio ecologicamente saudável e equilibrando, bem de uso comum do povo essencial a qualidade de vida.

Parágrafo Único - Par a cumprimento deste artigo, o município deverá articular-se com os órãos estaduais, regionais, e federais competentes e ainda quando for o caso, com outros municípios, objetivando a solução de problemas comuns relativos a proteção ambiental.

Art. 297 O município deverá atuar mediante planejamento, controle e fiscalização das atividades, públicas ou privadas, causadoras efetivas ou potenciais de alteração significativas no meio ambiente.

Art. 298 - O município, ao promover a ordenação de seu território, definirá zoneamento e diretrizes gerais de ocupação que assegurem a proteção dos recursos naturais, em consonância com o disposto na legislação estadual pertinente.

Art. 299 - A política urbana do município e o seu plano diretor deverão contribuir para a proteção do meio ambiente, através da adoção de diretrizes adequadas de uso e ocupação do solo urbano.

Art. 300 - Nas licenças de parcelamentos, loteamentos e localização o município exigirá o cumprimento da legislação deproteção ambiental emanada da união do estado.

Art. 301 - As empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos deverão atender rigorosamente aos dispositivos de proteção ambiental em vigor, sob pena de não ser renovada a concessão ou permissão pelo município.

Art. 302 - O município assegurá a participação das entidades representativas da comunidade no planejamento e na fiscalização de proteção ambiental ga -

rantindo o amplo acesso dos interessados as informações sobre as fontes de poluição e degradação ambiental ao seu dispor.

Art. 303 - Na infração de qualquer disposição deste capítulo da poluição do meio ambiente e proteção ambiental será imposta a multa conforme a tabela I do anexo I a esta Lei.

CAPÍTULO V

Das disposições finais

Art. 304 - Todos os pragos relativos a matéria deste código serão respeitados quando fixados em regulamento.

Parágrafo Único - Os prazos estipulados serão contínuos excluídos no seu cômputo o dia do início e incluindo o do vencimento.

Art. 305 - Os prasos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente' normal na Prefeitura ou estabelecimento de crédito prorrogando-se, se necessário até o 1º dia útil seguinte.

Art. 306 - As multas objeto desta Lei serão aplicadas a unidade fiscal do Município, instituído pelo código tributário municipal.

Art. 307 - A fiscalização municipal será feita em articulação com órgão federal e estadual de saúde pública quando necessário.

Art. 308 - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO, em 29 de agosto de 1994.

RAIMUNDO DAMASCENO SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Eusébio

AV. EDUARDO SÁ, S/Nº - SEDE - EUSÉBIO - CE - CEP 61760-000

EDUCAÇÃO, PRINCÍPIO E SOLUÇÃO

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO
EM 29 DE AGOSTO DE 1994

RAIMUNDO DAMASCENO SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

I N D I C E

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGOS	DESCRIMINAÇÃO
I	I	1º AO 4º	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
I	II	5º AO 17º	DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES
I	III	18º AO 29º	DA NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR
I	IV	30º AO 32º	DO EMBARGO
I	V	33º AO 36º	DA INTERDIÇÃO
I	IV	37º AO 40º	DA CASSAÇÃO DE LICENÇA
I	VII	41º AO 46º	DA APREENSÃO E PERDAS DE BENS E MERCADORIAS
I	VIII	47º AO 50º	DO DESFAZIMENTO, DEMOLIÇÃO OU REMOÇÃO
I	IX	51º AO 58º	DO PROCESSO DE EXECUÇÃO
I	X	59º - -	DA REPRESENTAÇÃO
I			
II	I	60º AO 63º	DA HIGIENE PÚBLICA; DISPOSIÇÕES GERAIS
II	II	64º AO 83º	DA HIGIENE DAS VIAS PÚBLICAS
II	III	84º AO 94º	DA HIGIENE DOS ALIMENTOS
II	IV	95º AO 106º	DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PRESTADORES DE SERVIÇOS

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGOS	DESCRIMINAÇÃO
II	V	107º AO 116º	DA HIGIENE DAS HABITAÇÕES E TERRENOS
III	I	117º AO 119º	DA POLÍCIA DE COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA DAS DISPOSIÇÕES
III	II	120º AO 136º	DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS
III	III	137º AO 154º	DA POLUIÇÃO SONORA
III	IV	155º AO 162º	DO TRÂNSITO PÚBLICO
III	V	163º AO 183º	DA PROPAGANDA E PUBLICIDADE

Prefeitura Municipal de Eusébio

AV. EDUARDO SÁ, S/Nº - SEDE - EUSÉBIO - CE - CEP 61760-000

EDUCAÇÃO, PRINCÍPIO E SOLUÇÃO

I N D I C E

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGOS	DISCRIMINAÇÃO
III	VI	184º AO 192º	DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS DE EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS CASCALHEIRAS, OLÁRIAS E DEPÓSITOS DE MATERIAL EM GERAL
III	VII	193º AO 204º	
III	VIII	205 AO 210º	DOS MUROS E CERCAS
III	IX	211º AO 225º	DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS
III	X	226º AO 229º	DA EXTINÇÃO DE INSETOS NOCIVOS
III	XI	230º AO 232º	DOS LOCAIS DE CULTO
IV	I	233º AO 244º	DA LOCALIZAÇÃO E LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO DA INDÚSTRIA E PRESTADORES DE SERVIÇOS
IV	II	245º AO 282º	DA LOCALIZAÇÃO E LICENÇA DO COMÉRCIO AMBULANTE E FEIRAS LIVRES
IV	III	283º AO 285º	DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PRESTADORES DE SERVIÇOS
IV	IV	286º - -	DA AFERIÇÃO DE PREÇOS E MEDIDAS
IV	V	287º AO 303º	DA POLUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO AMBIENTAL

Prefeitura Municipal de Eusébio

AV. EDUARDO SÁ, S/Nº - SEDE - EUSÉBIO - CE - CEP 61760-000

EDUCAÇÃO, PRINCÍPIO E SOLUÇÃO

T A B E L A – I

A N E X O – I

TABELAS DE MULTAS PREVISTAS NO PROJETO DE LEI Nº 172/94

ORDEM	DISCRIMINAÇÃO	CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	Q U A N T I D A D UNIDADE FISCAL
1)	DA HIGIENE DAS VIAS PÚBLICAS	II	II	64 A 83	5 UFM
2)	DA HIGIENE DOS ALIMENTOS	II	III	84 A 94	7 UFM
3)	DA HIGIENE DOS ESTA BELECIMENTOS COMER- CIAIS, INDUSTRIAIS, E PRESTADORES DE SERVIÇOS	II	IV	95 A 106	7 UFM
4)	DA HIGIENE DAS HABI TAÇÕES E TERRENOS	II	V	107 A 136	5 UFM
5)	DA POLÍCIA DE COS- TUMES SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	III	I E II	117 A 136	7 UFM
6)	DA POLUIÇÃO SONORA	III	III	137 A 154	3 UFM
7)	DO TRÂNSITO PÚBLICO	III	IV	155 A 162	3 UFM
8)	DA PROPAGANDA E PU- BLICIDADE	III	V	163 A 183	5 UFM
9)	DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS	III	VI	184 A 192	7 UFM

ORDEM	DISCRIMINAÇÃO	CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	QUANTIDADE UNIDADE FISCAL
10)	DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS BASCOLHEIROS OLÁRIAS DE DEPÓSITOS DE MATERAIL EM GERAL	III	VII	193 A 204	7 UFM
11)	DOS MUROS E CERCAS	III	VIII	205 A 210	5 UFM
12)	DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS	III	IX	211 A 225	5 UFM
13)	DA EXTINÇÃO DE INSETOS	III	X	226 A 229	5 UFM
14)	DOS LOCAIS DE CULTOS	III	XI	230 A 232	3 UFM
15)	DA LOCALIDADE E LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO DA INDÚSTRIA E PRESTADORES DE SERVIÇOS	IV	I	233 A 244	11 UFM
16)	DA LOCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO AMBULANTE E FEIRAS LIVRES	IV	II	283 A 285	3 UFM
17)	DO HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO COMERCIAL INDUSTRIAL E PRESTADORES DE SERVIÇOS	IV	III	283 A 285	3 UFM
18)	DA AFERIÇÃO DE PESO E MEDIDAS	IV	IV	286	5 UFM
19)	DA POLUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO AMBIENTAL	IV	V	287 A 303	11 UFM